

## ARTIGOS

### A DESCONFIANÇA DOS CIDADÃOS DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS

PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Com o passar do tempo, os brasileiros preferem cada vez mais o regime democrático a alternativas autoritárias, mas paradoxalmente desconfiam de suas instituições, especialmente, dos partidos políticos e do Congresso Nacional. Entre os principais fatores determinantes da desconfiança política estão a avaliação negativa do desempenho de instituições como o parlamento, o governo e a justiça, o fenômeno da corrupção e a baixa confiança que as pessoas depositam umas nas outras. Entre as conseqüências da desconfiança, as mais importantes são o desinteresse pela política, a baixa participação cívica e o sentimento de que a lei não é igual para todos no Brasil.

Os resultados são de pesquisa que analisa o fenômeno de desconfiança dos cidadãos brasileiros com relação a importantes aspectos da vida política como governos, autoridades públicas e, em especial, as instituições democráticas. O que está em questão não é a existência da democracia no país, mas a sua qualidade, ou seja, o quanto o regime democrático assegura efetivamente o primado da lei, a vigência de direitos civis, políticos e sociais, e o controle da sociedade sobre governantes e governos (*accountability* vertical e horizontal). O caso brasileiro é analisado em comparação com outros países da América Latina e outras democracias surgidas a partir das transformações políticas provocadas pela queda do Muro de Berlim.

Nas últimas décadas, diferentes estudos empíricos demonstraram que, apesar da relativa estabilidade democrática brasileira, 2/3 dos cidadãos não confiam em políticos, parlamentos, partidos, presidência da República e em órgãos de serviços públicos (Moisés, 1995). Recentemente esse paradoxo foi confirmado por pesquisas de organismos internacionais como o *World Values Survey* e o Consórcio Latinobarômetro. Segundo os estudos, os brasileiros e outros latino-americanos, além de se mostrarem majoritariamente insatisfeitos com o funcionamento do regime democrático, não depositam confiança em instituições públicas (Lagos, 1997; Norris, 1999; Meneguello, 2002; Moisés, 2006). Diante disso, a questão central de pesquisa era avaliar, por um lado, a magnitude e a natureza da desconfiança política e, por outro, suas implicações para a continuidade da democracia, através do exame tanto de determinantes como de conseqüências do fenômeno.

#### PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES DA PESQUISA

A variável dependente do estudo é a síndrome atitudinal caracterizada pela desconfiança dos cidadãos das principais instituições públicas, dentre elas, o Congresso Nacional, o Executivo, os partidos políticos, a polícia, as instituições de justiça, bem como os serviços públicos que afetam a vida cotidiana dos cidadãos, como educação e saúde. As variáveis in-

dependentes, por sua vez, envolvem distintas dimensões de apoio ao regime democrático e às suas instituições, pois parte da literatura sobre estudos empíricos de confiança política supõe que ela decorre da experiência política das pessoas (Easton, 1975; Levi, 1998, 2001; Newton, 1999; Norris, 1999). A idéia é que os membros da comunidade política não se identificam com as instituições apenas porque aprenderam a fazê-lo por meio de processos de socialização, mas porque suas experiências, ao longo do tempo, qualificam-nos a avaliar os resultados do desempenho de instituições e órgãos públicos; tal avaliação decorreria, por um lado, da percepção sobre os resultados concretos – a exemplo de melhorias na situação econômica e social das sociedades – mas, uma vez que isso se torne parte da rotina das pessoas, também de sua tendência de distinguir tais resultados das funções permanentes das instituições, algo observado com base na sua justificação normativa. Em decorrência, o público reconheceria, identificaria e avaliaria criticamente governos e instituições por sua capacidade de agir ou não em consonância com sua missão e sua justificação normativa, levando-o a confiar ou não nas mesmas (Easton, 1975). Isso porque, na democracia, as instituições são o meio por excelência através do qual os cidadãos realizam interesses e preferências.

As variáveis independentes envolvem questões relacionadas com a percepção dos cidadãos sobre o desempenho objetivo do regime no seu dia-a-dia, além do significado ideal que lhe é atribuído. Para isso, contam muito as percepções sobre a capacidade das instituições democráticas de solucionar problemas vistos pelos cidadãos como prioritários (McDonough et alii, 1992; Moisés, 1995; Fuchs, 1995). As questões abrangem, assim, fatores de natureza instrumental (percepção da situação política e econômica do país, renda, desemprego, eficácia da ação de governos etc) e de natureza política (desempenho das instituições e

## Sumário

ARTIGOS .....	1
A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas .....	1
ENTREVISTAS .....	4
Aposenta-se o Professor Mario Miguel González .....	4
Com a palavra: os estudantes estrangeiros .....	12
Sociólogo avalia Sistema Único de Saúde em dissertação de mestrado .....	14
IDADE DO CONHECIMENTO .....	17
A Universidade Aberta .....	17
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO .....	19
Seção organização e funcionamento .....	19
Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) .....	19
Centro de Estudos das Culturas e Literaturas de Língua Portuguesa (CELP) .....	21
Centro de Estudos Japoneses (CEJAP) .....	23
DOCTORADO .....	25
MESTRADOS .....	25
PRODUÇÃO DA FACULDADE .....	29

## EXPEDIENTE



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**REITOR:**

Profa. Dra. Suely Vilela

**VICE-REITOR:**

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo



**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DIRETOR:**

Prof. Dr. Gabriel Cohn

**VICE-DIRETORA**

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitriini

**COMITÊ EDITORIAL DO INFORME:** Profa. Dra. Sandra Margarida Nitriini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar (DLCV) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros – MTb 35814. **COORDENAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, **PROJETO GRÁFICO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **DIAGRAMAÇÃO:** Dorli Hiroko Yamaoka. **COLABORADORES:** Mariana Pereira Lenharo e Verônica Reis Cristo. **REVISÃO:** Verônica Reis Cristo. **FOTOS:** Eusebio Gregorio Costa. **SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS:** João Fernando Querido Salvado. **IMPRESSÃO:** Gráfica – FFLCH/USP. **TIRAGEM:** 1500 exemplares.

dos serviços públicos compatível com seus objetivos, satisfação com a democracia, relação com as leis, acesso à justiça, cultura cívica, interesse pela política, participação cívica etc).

A hipótese central do estudo supõe que tanto os indicadores atitudinais de natureza instrumental como as variáveis de natureza política influem na determinação da síndrome da confiança/desconfiança política, mas que isso se dá de forma diferenciada, a interveniência de fatores políticos derivados da experiência dos cidadãos com instituições e serviços públicos sendo mais relevante. Assim, esperava-se que quanto mais negativas fossem as experiências institucionais dos cidadãos, maiores as chances de ocorrência de desconfiança institucional, e que isso teria maior intensidade quando se verificasse que as instituições operam em cenários que estimulam a sua deslegitimação, a exemplo de situações de desrespeito ao primado da lei e aos direitos fundamentais, ineficácia administrativa e ingovernabilidade e, principalmente, malversação de fundos públicos e corrupção sem que, contudo, mecanismos de controle social e de punição dos crimes existam ou estejam em funcionamento.

#### PRIMEIROS RESULTADOS

Os primeiros resultados da pesquisa confirmam a relação paradoxal dos brasileiros com o regime democrático: a maior parte diz preferi-lo à ditadura, mas não confia em suas instituições. Enquanto, em 1989, 51% das pessoas diziam preferir a democracia a qualquer outro sistema político, esse número saltou para 68,1% em 2006. Apesar disso, a atual crise das instituições de representação está claramente refletida nos resultados: 81% dos entrevistados desconfiam dos partidos políticos e 76% do Congresso Nacional. Mais importante: 31,5% dizem que a democracia pode funcionar sem partidos e 28,7% que ela pode existir sem o Congresso Nacional. Além disso, 51,8% dos entrevistados concordam com a idéia de que, “quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso, das instituições para resolver os problemas do país”; 69,7% consideram que os partidos representam “os próprios políticos” e não os eleitores, mas a descrença do sistema institucional aparece também nas respostas de 78,5% que se dizem pouco ou nada interessados em política. Finalmente, por essas e outras razões, 89,4% dos bra-

sileiros avaliam que “o Brasil é uma democracia com grandes ou pequenos problemas”.

É como se os brasileiros estivessem dizendo que amam a democracia como um ideal, mas odeiam o modo como os seus meios práticos, isto é, as instituições, funcionam concretamente. Se isso não representa, certamente, perigo imediato para o regime democrático, pode significar que, a médio e longo prazos, começarão a existir elementos – comportamentos, atitudes e convicções sociais – que, em diferentes países e outros contextos históricos, serviram de base para a emergência de alternativas autoritárias.

#### TIPOS DE CONFIANÇA E CONCLUSÕES PRELIMINARES

Para medir a natureza da desconfiança institucional, a pesquisa testou o grau de confiança tanto em instituições públicas e privadas como em pessoas, já que algumas teorias sustentam que os indivíduos precisam confiar uns nos outros para confiar no sistema político. No Brasil, no entanto, com exceção de pessoas da família ou dos mesmos grupos religiosos, confia-se muito pouco nos brasileiros em geral, nos colegas de trabalho e, mesmo, em vizinhos. As análises de regressão realizadas mostraram que isso de fato contribui para criar desconfiança política, confirmando em parte argumentos das teorias de capital social.

Outra conclusão sugerida pela pesquisa é que a confiança política depende da qualidade da democracia, medida esta segundo três critérios discutidos pela literatura: a efetividade da noção de que a lei vale para todos e deve ser cumprida, da vigência de direitos civis, políticos e sociais e, também, da capacidade de controle da sociedade sobre os governos através da separação de poderes e de mecanismos de *accountability*. No Brasil, contudo, a maior parte das pessoas não acredita que a lei seja igual para todos ou que haja igualdade no acesso à justiça; nem sempre aceita, tampouco, as decisões derivadas da lei; muitos acreditam ainda que as eleições sejam objeto de fraude, e quase 50% não votariam se não fossem obrigados a isso. De fato, enquanto 80,8% acham que não há igualdade perante a lei, 56,5% dizem que os brasileiros cumprem pouco e 29,5% que não cumprem nunca a lei.

A pesquisa também revelou que os brasileiros são muito críticos com a corrupção dos políticos, mas tendem a ser lenientes se estivessem em seu lugar: 97,6% das pessoas condenam o desvio de re-

curso público para uso em campanha eleitoral, mas 19,4% dizem que, se fossem políticos, fariam caixa 2 “se não tivessem outro jeito”, 6,3% fariam às vezes e 4% fariam sempre, totalizando quase 30%. A corrupção, segundo a literatura sobre a qualidade da democracia, é um dos sinais mais evidentes de que as instituições estão funcionando mal e, por isso, estimulam comportamentos que reforçam a sua ocorrência. Para romper esse círculo vicioso, um dos caminhos possíveis é aperfeiçoá-las para que a democracia seja capaz de atender efetivamente as expectativas dos cidadãos.

#### METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa envolveram diferentes etapas complementares: por um lado, a elaboração de modelos causais de desconfiança política a partir de variáveis utilizadas em pesquisas do Latinobarômetro e do *World Values Survey*. Análises estatísticas descritivas (coeficientes de associação, comparação de médias, etc.) e procedimentos mais sofisticados envolvendo a construção de modelos de regressão OLS para dados contínuos e modelos de regressão *logit* para variáveis *dummies* foram utilizados. O fato das pesquisas internacionais envolverem períodos mais longos de tempo facilitou a comparação longitudinal de seus resultados com os de outras pesquisas

realizadas pelo autor entre 1989 e 1993, e agora em 2006. Além disso, elas permitiram comparar o caso brasileiro com outros países do Cone Sul que também passaram por processos de democratização.

Na fase inicial do projeto, foi utilizada também a realização de discussões em grupos com diferentes segmentos de cidadãos na região metropolitana de São Paulo. A idéia foi criar o contraponto necessário para permitir contextualizar adequadamente as perguntas incluídas no *survey* nacional realizado em junho de 2006. Em vista de conhecidas limitações da pesquisa quantitativa em ciências humanas, optou-se por complementar o *survey* com a pesquisa qualitativa baseada em discussões de grupos heterogêneos. O foco da pesquisa qualitativa foi o exame, por uma parte, das percepções dos cidadãos sobre os direitos civis, políticos e sociais e, por outra, o papel das instituições democráticas de assegurar o acesso a esses direitos. O objetivo foi examinar as noções de cidadania, direitos e participação política presentes na experiência prática dos brasileiros de modo a melhor qualificar o *survey* sobre opiniões e atitudes quanto às instituições; a amostra cobriu o conjunto da população brasileira com a aplicação de 2004 questionários em todo o território nacional. A pesquisa tem o apoio da FAPESP e do CNPq, e a sua coordenação é compartilhada pelo autor e a professora Rachel Meneguello, da UNICAMP.

## ENTREVISTAS

### APOSENTA-SE O PROFESSOR MARIO MIGUEL GONZÁLEZ

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

O professor Mario Miguel González foi calorosamente homenageado na Congregação da Faculdade do dia 28 de junho. Após sua longa história como professor do Departamento de Letras Modernas, Mario Miguel se aposenta, sem, no entanto, deixar de orientar seus estudantes de pós-graduação e nem abandonar suas pesquisas. Pelo contrário, para o professor, a aposentadoria é apenas um ponto de partida para desenvolver suas atividades com uma liberdade ainda maior. Nesta entrevista, ele fala de

sua trajetória acadêmica, de suas atividades dentro e fora da USP e de seus planos para a aposentadoria.

**Mariana Pereira Lenharo: O senhor teve uma trajetória acadêmica interessante, que se desenvolveu entre a Argentina, o Brasil e a Espanha. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre essa trajetória.**

**Mario Miguel González:** É uma trajetória que decorre de uma série de fatos, muitos deles inesperados.

dos. Eu me graduei em Letras, em Córdoba, na Argentina. Com uma bolsa, fui fazer curso de doutorado na Espanha. Lá, fui morar – sem saber – ao lado da Casa do Brasil: foi quando descobri este país. Quando terminei minhas atividades na Espanha, tinha feito uma série de relações com professores universitários brasileiros que estavam lá fazendo pós-graduação também; vários deles eram da USP.

Tive que voltar para a Argentina meio inesperadamente por um problema de saúde do meu pai. Nesse ínterim, houve na USP a necessidade de trazer um hispano-americano para lecionar Língua Espanhola na Escola de Comunicações e Artes – na época, Escola de Comunicações Culturais. Os colegas que tinham me conhecido na Espanha deram meu nome e eu acabei vindo pra cá.

Eu havia descoberto este país na Casa do Brasil. Eu não imaginava que tivesse toda essa pluralidade, essa riqueza e, até então, para mim ele ficara reduzido a estereótipos. Lá eu descobri as pessoas, a pluralidade cultural, as possibilidades de se trabalhar e fazer muita coisa aqui. Foi o que mais me seduziu ao chegar aqui: perceber que havia muita coisa a se fazer. Ao longo destes anos, tentei fazer algumas delas.

**MPL: Como o senhor via o Brasil antes disso?**

MMG: Como eu disse: a partir de estereótipos muito redutores. Eu conhecia o Brasil, como todo mundo conhece, por umas poucas coisas: o futebol, o samba, o carnaval. Conhecia muito pouca coisa de sua literatura: somente Guimarães Rosa, porque tinha tido um impacto muito grande, e Vinícius de Moraes, como poeta. Enfim, eu não tinha tido acesso à cultura brasileira, a essa realidade cultural que para mim ficava muito limitada. Lá na Espanha eu a descobri de uma maneira muito sedutora.

**MPL: Então o senhor começou na Escola de Comunicações e Artes e depois veio para a Faculdade de Filosofia...**

MMG: Aconteceu o seguinte: o diretor da então Escola de Comunicações Culturais, professor Julio García Morejón, era catedrático de Espanhol da Faculdade de Filosofia. Ele descobriu que meu verdadeiro interesse era pela literatura espanhola (eu já tinha feito o curso de doutorado na Espanha, faltava só redigir e defender a tese) e ele quis contar comigo também em Literatura Espanhola, na Filosofia. Então ele me contratou aqui – na época em que os catedráticos contratavam – e eu fiquei trabalhando nas duas unidades.

Depois, com a Reforma Universitária, todos os pro-

fessores de línguas estrangeiras da ECC viemos trabalhar no Departamento de Letras Modernas. Então eu fiquei, já definitivamente, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e, logo depois, dedicado exclusivamente à Literatura Espanhola.

**MLP: Existem muitas diferenças – com relação a ensino, pesquisa, infra-estrutura – entre a USP e as instituições de ensino que o senhor frequentou fora do país?**

Olha, foram instituições muito diferentes. Eu poderia especialmente comparar as universidades públicas da Argentina com as universidades públicas brasileiras. São dois sistemas completamente diferentes de inserção da universidade na sociedade. As universidades argentinas são universidades abertas, praticamente, a quem queira entrar lá. Não sei se, neste momento, tem um exame de ingresso ou vestibular, mas durante muitíssimos anos não teve: cada um entrava na carreira que queria.

São universidades de massa em que há muito menos condições de trabalho acadêmico do que, por exemplo, numa universidade pública brasileira, especialmente na USP ou nas universidades paulistas. São universidades em que os professores ganham muito pior do que aqui, em que há pouquíssimos professores em tempo integral, em que não há uma carreira definida, como nós temos aqui, que permite que uma pessoa, com certa segurança, estabeleça uma continuidade. É um sistema completamente diferente.

Lá, isso permite que todo mundo que queira vá para a faculdade. Aqui, ingressar na universidade é uma coisa muito restrita, muito limitada. Mas, assim como aqui nós temos o prejuízo daqueles que não entram, lá se tem o prejuízo dessa massa que, muitas vezes, faz com que haja pessoas que não estejam interessadas realmente e, claro, não se pode contratar com bons salários professores para todos esses estudantes. Então os professores ganham mal e a maioria imensa deles trabalha fora da universidade para compensar, em três, quatro ou cinco lugares diferentes.

Comparo com a Argentina porque a universidade argentina tem grandes nomes e – aí é que está – lá se depende muito do nome para fortalecer um segmento da universidade. Ou seja, a universidade como instituição me parece mais frágil. A universidade brasileira pública, como instituição, é muito mais forte, não depende dos nomes necessariamente.

Não vou comparar com a outra universidade que conheci na Espanha porque não fui para lá pela universidade. A universidade espanhola, por exemplo, não faz, como nós fazemos aqui, uma conjunção da docência e

da pesquisa. Isso também não aparece como uma marca da universidade argentina. Essa conjunção é uma característica muito nossa e muito boa. A universidade espanhola em que estudei, para pior, era uma universidade franquista. Eu fui lá para fazer o doutorado porque havia nomes de primeira linha na Literatura Espanhola que me interessavam como Dámaso Alonso, Carlos Bousoño, Rafael Lapesa.

Mas eu não fui pela universidade. Pelo contrário: quando cheguei na Espanha, levei uma decepção muito grande. Tive a impressão de que naquela universidade o que era válido era repetir as coisas. Você tinha que repetir o que o professor falava para ser aprovado. Não se formava opinião crítica. Mas, claro, isso era na época de Franco. Imagino que hoje a universidade espanhola terá superado esse modelo.

**MPL: Como Coordenador do Convênio de Cooperação Acadêmica entre a Universidade de São Paulo e a Universidad Católica de Córdoba (Argentina), como o senhor avalia a importância do intercâmbio de estudantes entre universidades de países diferentes?**

MMG: Isso é fundamental, embora esse convênio não tenha dado muito resultados. Aconteceu o seguinte: houve uma mudança na Universidad Católica de Córdoba no momento imediato à assinatura do convênio. Mudaram as pessoas que estavam à frente das diferentes atividades que impulsionaram a assinatura do convênio. Então ele acabou morrendo no vazio, foi muito pouco aplicado.

Agora, evidentemente, o intercâmbio é fundamental porque é uma maneira de que as pessoas se enriqueçam, que tenham outras perspectivas e é também a maneira de trazer para a nossa universidade professores com outra maneira de ver as coisas. Eu acho que a universidade não pode ser uma coisa fechada que não dialogue: isso seria a negação da universidade. Ou seja, o intercâmbio é essencial. E eu acho que a USP, nesse sentido, abre muito o espaço. Nós, na área de Espanhol, temos, neste momento, um outro convênio, que funciona muito bem, com a Universidad de Buenos Aires. Ele está sendo ótimo para nossa pós-graduação e acho que está servindo para os argentinos também.

**MPL: Vendo seu currículo, percebe-se que, durante seus anos na universidade, o senhor realizou plenamente as atividades de ensino, pesquisa, extensão e também esteve muito ativo na parte institucional. Como é, para um professor, atuar em todas essas frentes simultaneamente? Qual**

**delas o senhor considera mais importante?**

MMG: Olha, não é fácil. Atender a todas as frentes exige uma dedicação muito forte e, às vezes, você sacrifica uma em função de outra. Eu posterguei muito minha livre-docência, exatamente para me dedicar a uma série de outras coisas. Nestes últimos anos, sendo chefe do DLM, eu também precisei diminuir muito o ritmo da minha pesquisa. Agora, aposentado, vou poder, sem dúvida, fazer tudo aquilo que eu queria, terminar de escrever coisas que estão pela metade, enfim... Mas eu acho essencial o trabalho integrado; não concebo a universidade como fragmentos, ou seja, você não pode ter docência sem pesquisa nem ter pesquisa sem docência e não se concebe nada disso sem que chegue à comunidade através de um serviço de extensão.

Ao mesmo tempo, há todo um suporte institucional – eu não uso a palavra administrativo, muito menos burocrático – indispensável que deve ser discutido, construído, porque, se você não constrói essa infraestrutura institucional necessária, todas aquelas atividades de pesquisa e docência podem falir. Eu estou muito longe de usar a palavra burocracia, em absoluto. Eu tenho clara a distinção, graças ao professor Alfredo Bosi, que alguma vez definiu burocracia como um esvaziamento dos conteúdos.

Claro, quando um carimbo é uma coisa estritamente formal, que apenas confere poder a alguém e que não tem nenhum sentido, que não acrescenta nada, aí sim. É claro que a universidade tem muitas instâncias burocráticas, sem dúvida. Mas eu acho que a gente tem que saber lidar com isso e saber trabalhar pela instituição. E, como eu disse agora na Congregação, a universidade, como instituição, sempre fez parte do meu projeto intelectual. E eu digo que não sou o único que pensa assim. Tenho colegas, ex-alunos – a professora Valeria De Marco, por exemplo, foi ela quem me descobriu essa frase. Ou seja, eu não posso pensar a minha pesquisa isolada da minha presença na Congregação, separada do meu trabalho de extensão, porque serão alunos meus da pós-graduação que vão trabalhar na extensão coordenados por mim. Ou seja, docência, pesquisa e extensão, instituição, isso é uma coisa só.

**MPL: O senhor é membro fundador do Centro Ángel Rama. Esse centro tem uma história interessante – seu surgimento está ligado à greve de professores e funcionários de 1979. Conte um pouco sobre essa época e sobre qual era a intenção dos professores ao criar esse centro interdisciplinar dentro da Faculdade de Filosofia.**

MMG: Vou falar da pré-história do Centro Ángel Rama porque, como instituição que possa constar para a história, a partir do momento em que foi constituído como centro interdepartamental, ele perdeu um pouco o dinamismo, a força, a capacidade de realizações que teve nos anos em que não existia institucionalmente – quando ele era apenas um nome que utilizávamos para defini-lo. Isso ocorreu por uma série de razões, talvez porque algumas pessoas muito engajadas saíram, enfim, não sei.

E quem eram essas pessoas? Foi um grupo que se encontrou na greve de 1979. Essa greve – algumas pessoas ainda se lembram do que houve – foi uma greve pelos salários em que enfrentamos o autoritarismo do Paulo Maluf, governador nomeado pela ditadura, do qual dependíamos para tudo porque a universidade ainda não tinha atingido esse estágio atual da autonomia. Nossa luta pelo salário, junto com todo o funcionalismo público do estado de São Paulo, deu em muito pouco porque o Maluf nunca recebeu ninguém. Nós cansamos de ir ao palácio e tentar negociar.

Naquela época, era muito perigoso estender uma greve por mais de 30 dias porque a legislação poderia ser aplicada e, depois de 30 dias, estaríamos todos na rua. Então a greve teve que durar 30 dias. Como o Maluf não recebia ninguém, a gente se reunia nas assembléias e não valia a pena discutir o que queríamos conversar com o Maluf. Então passamos a discutir a universidade de uma maneira muito interessante e a colocar as diversas visões de universidade que nós tínhamos. Eram assembléias nada pequenas, com o auditório da FAU cheio.

Nessas assembléias, passamos a nos encontrar, professores desta faculdade, e fomos nos conhecendo. Vivíamos muito isolados naquela época. Então fomos descobrindo que tínhamos um monte de coisas em comum e que até pesquisávamos coisas semelhantes. Esse grupo, de diversos departamentos da faculdade, acabou se reunindo anos depois. Nisso teve também um papel importantíssimo o professor Antonio Candido, que era um pouco mentor da gente.

Passamos a fazer uma coisa muito interessante: cada um de nós, de diversos departamentos – Sociologia, Filosofia, História, Letras Clássicas e Vernáculas, Teoria Literária, Letras Modernas – trazia e distribuía entre os colegas do grupo (que eu não sei dizer quantos eram, pois era um grupo absolutamente informal) um texto, produto de sua pesquisa. Esse texto era lido por todos nós e, uma vez por mês, nos encontrávamos para apresentar nossas argüições a ele. Era uma verdadeira banca plural, onde havia pesquisadores de diversas áreas lendo um mesmo texto. Isso foi muito bonito. Nunca

vivi uma experiência semelhante.

Isso foi coroado depois quando, no início de 1990, com apoio do BID, umas 10 pessoas do grupo fomos para a Espanha para completar pesquisas lá. Ficamos entre 25 e 45 dias e chegamos a apresentar um seminário com os nossos trabalhos na Universidade Complutense. Passamos a fazer lá um trabalho de pesquisa coletiva: íamos às bibliotecas, às livrarias e, como cada um de nós sabia o que o outro pesquisava, descobríamos coisas uns para os outros. Nunca houve uma experiência assim. Depois, o Centro Ángel Rama ainda organizou uma série de eventos, antes e depois de sua constituição formal, mas essa coisa que aconteceu durante aqueles anos é absolutamente impossível de repetir. E foi produto espontâneo do trabalho, inquietações e do encontro de pessoas. Foi muito bonito.

**MPL: A interdisciplinaridade, me parece, estava no cerne das preocupações dos professores naquela época. Hoje em dia, o senhor acha que o ensino dentro da FFLCH atingiu esse grau almejado de interdisciplinaridade?**

MMG: Eu acho que esse é um dos grandes desafios: realizar de uma maneira mais completa a interdisciplinaridade. Acho que para isso falta, por exemplo, que a gente se entenda definitivamente, do ponto de vista acadêmico, como uma faculdade e começemos por flexibilizar os currículos da graduação. Isso é uma coisa que todo mundo diz que quer, mas, na hora de definir como vai ser, a gente começa a encontrar obstáculos e nunca conseguimos realizar. Nós falamos dessa flexibilização curricular por anos e anos e agora se volta a falar disso.

Teria que haver um mínimo de créditos obrigatórios, uma possibilidade de que os alunos circulassem por outras disciplinas e configurassem seu próprio currículo. Aí se estabeleceria a interdisciplinaridade, esse é um primeiro caminho. Mas eu sempre digo quando estou nas bancas de tese: a academia não se permite o diálogo, não há espaço para o diálogo, não há espaço para construir essa interdisciplinaridade. Só nas teses, aí sim aparecem pessoas diferentes dialogando, discutindo. Mas eu acho que é um desafio sim, e, como para todo desafio a gente tem que propor algum caminho, eu acho que começaria por isso: uma flexibilização maior dos currículos da graduação. Seria muito interessante.

**MPL: O senhor começou a lecionar na USP em 1968, ano crítico da ditadura militar. Como era o clima dentro da Universidade? A pesquisa e o**

**ensino foram afetados diretamente por causa das medidas autoritárias do governo?**

MMG: O clima era muito difícil: eu acabara de chegar e acho que muitas vezes não entendia muito bem o que estava acontecendo. Eu cheguei ao Brasil com a imagem de que havia uma ditadura sim, mas que essa ditadura iria – isso em 1967 – mudar de rumo e que haveria espaço para uma volta à democracia. Foi quando, em 1968, houve um golpe dentro do golpe e as coisas ficaram muito piores. Eu, mais ainda, era estrangeiro naquela época – hoje sou brasileiro – e não podia atuar.

A instituição da universidade era muito autoritária, muito mais do que hoje, por causa dos catedráticos, que eram donos onipotentes de verdadeiros feudos, em que a gente não tinha muito espaço para atuar. E aí vieram os processos de cassações que, claro, afetaram violentamente o ensino e a pesquisa. Na minha área houve divergências de cunho pessoal, mas muito mais de cunho político entre o catedrático e seus assistentes mais titulados e isso fez com que a antiga cadeira se esvaziasse e ficássemos apenas os chamados instrutores, naquela época, auxiliares de ensino que acabávamos de chegar.

Isso foi uma bomba, por exemplo, no meu caso, na pós-graduação em Língua e Literatura Espanhola e Hispano-americana, que teria que ter sido criada imediatamente, a partir da reforma que houve quando foi criada a Capes e se instaurou o sistema nacional de pós-graduação. Nós ficamos sozinhos, sem massa crítica: éramos um catedrático e meia dúzia de auxiliares de ensino. Tivemos que esperar anos para fazer nossa carreira, para fazer o doutorado, atingir o número mínimo de doutores, poder pedir o credenciamento de nosso programa de pós-graduação. Isso foi terrível.

Realmente, eu acho que é lugar comum dizer que a ditadura foi um retrocesso, mas no caso direto que me diz respeito, eu vi isso de uma maneira muito direta e muito clara – um atraso de anos. Veja, na pós-graduação, nós conseguimos montar em 1978, uma pós-graduação parcial, apenas com estudos de Literatura Espanhola e Hispano-Americana. Levamos anos até poder recuperar e formar pesquisadores na área de Língua Espanhola que pudessem também realizar seus doutorados. As primeiras doutoras, produto desse programa em Língua Espanhola, estão se formando este ano. Isso porque, dentro dessa estrutura autoritária, houve um prejuízo enorme para a pesquisa, sem dúvida.

**MPL: Depois de tantos anos como professor da USP, como é aposentar-se?**

MMG: Eu achei que ia ser muito mais difícil porque não é mole isso de que você acorda um dia e diz: eu fiz 70 anos, eu não sou mais professor da USP. Isso não porque eu queira, mas por causa de uma lei burocrática, um artigo burocrático da Constituição. O que tem 70 anos? Por que não 72, 75 ou 68? Porque se aplica a mesma regra para o judiciário e há grandes interesses para que os juízes se aposentem logo para serem substituídos pelos que vêm atrás. Aí está a razão de ser desse artigo. Por que aplicar isso às universidades? Por que deixar fora da instituição como tal um Alfredo Bosi, por exemplo (o que aconteceu no ano passado). Veja, é muito duro sentir isso. Mas, ao mesmo tempo, nesses dias eu tenho vivido experiências fantásticas, como esta homenagem na Congregação e como uma reunião com colegas, num jantar anteontem à noite. Fantástico! Me deixaram ver que estou começando uma outra coisa. Que não terei que olhar para trás. Daí é que eu citasse o poeta Antonio Machado: “Caminante no hay camino, / se hace camino al andar”. Não adianta você olhar para trás e ter saudades. Estou me aposentando, mas em contrapartida estou ganhando um espaço de liberdade. Vou continuar a fazer o que eu gosto, como sempre fiz, mas agora com mais liberdade.

**MPL: Depois de sua aposentadoria, o senhor vai continuar a orientar alunos de pós-graduação? Como ficarão suas atividades acadêmicas?**

MMG: Eu vou continuar fundamentalmente com a pós-graduação. Pretendo continuar a orientação dos meus orientandos – atualmente dois doutorandos e cinco mestrandos. Alguns deles vão defender logo, vão abrir novas vagas. Vou continuar dando aulas na pós-graduação porque gosto muito disso; no segundo semestre, por exemplo, darei um curso. Inclusive terei, mesmo que aposentado, que fechar o primeiro semestre da graduação, pois eu vinha dando aulas com muito carinho e muito prazer para os alunos do primeiro ano da habilitação em Espanhol.

E vou continuar também com a minha pesquisa, talvez escrevendo algum livro por aí que está esperando. Acho que isso me deixa muito feliz. Como eu disse agora para um colega meu: é muito bom se aposentar. Se eu tivesse sabido, teria feito 70 anos muito antes. Há uma gratificação muito grande de sentir que você construiu um ponto de partida. Essa é a minha visão: eu me aposento e isso quer dizer que construí um ponto de partida e tenho pela frente uma liberdade muito grande.

**MPL: O senhor já tem algum livro em mente?**

MMG: Eu tenho um livro que venho cozinhando – como acontece nas Ciências Humanas, em Literatura,



em Crítica Literária – há alguns anos, que é produto de muita reflexão, de muita leitura, que me leva a um recorte diferenciado da Literatura Espanhola no seu processo histórico de formação, fugindo aos chavões dos manuais, diferenciando criticamente diversos autores que normalmente são vistos como um grupo homogêneo – não existe isso. Isso é um desafio muito bonito que eu venho costurando, mas tenho que sentar-me um dia para definir isso melhor. Eu, em algum momento, pensei em escrever uma espécie de História da Literatura Espanhola para brasileiros, mas aí eu percebi que isso não era necessário, que seria mais interessante fazer uma leitura da História da Literatura Espanhola diferenciada que sirva, não só aos brasileiros, mas também ao público espanhol e de outros países.

**MPL: O senhor foi fundador da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo e da Associação Brasileira de Hispanistas. Conte a história do surgimento dessas associações.**

MMG: Antes disso, eu diria que isso fez parte de uma certa mania minha – que pode ter seu lado bom e seu lado ruim – de organizar coisas. Eu tenho uma certa pré-disposição para planejar, organizar, administrar. Sempre andei por aí, desde criança, criando coisas. Quando eu cheguei ao Brasil, me perguntei por que não havia uma associação de professores de espanhol. Sempre tive essa idéia, mas isso acabou ficando de lado.

Até que uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro decidiu criar uma Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro. Isso foi em 1981. A comunicação e o intercâmbio, naquela época, eram tão nulos, que nós ficamos sabendo disso dois anos depois. Então tivemos a idéia de, em vez de criar uma associação nacional de professores de espanhol, que é muito difícil de trabalhar por ser muito grande, criar associações estaduais. Mas não pra ficar só aqui. Criá-las em todos os estados e integrá-las. Então nós, professores da USP, criamos imediatamente a Associação dos Professores de Espanhol do Estado de São Paulo, reunindo 30 professores de Espanhol, em 1983.

Logo mais passaram a ser criadas outras associações semelhantes, em diversos estados e, já em 1984, idealizamos a realização de congressos bienais brasileiros de professores de Espanhol. O primeiro foi na UERJ, em 1985; o segundo, na USP, em 1987. O décimo-segundo será em Cuiabá, em setembro próximo.

Esses congressos, no entanto, foram se voltando mais para os aspectos didáticos do ensino da Língua Espanhola e assim, neles, o espaço para exposição de

pesquisas ficou muito reduzido. Ao mesmo tempo, a gente descobriu a Associação Internacional de Hispanistas, que reunia hispanistas do mundo todo. Havia congressos enormes a cada três anos. Em 1983, eu estive no VIII Congresso da AIH, na Brown University, em Providence, Rhode Island. Eu era o único brasileiro presente nele. Voltei para cá e incentivei nossos alunos de pós-graduação que se doutoravam, os nossos doutores a se associarem à AIH. Aí foi crescendo o número de participantes nossos nos congressos. Em 1998, éramos uns 15 brasileiros no XIII Congresso, em Madri. E lá, nós sentíamos falta de um espaço onde a gente pudesse expor, no Brasil, aquilo que nós fazíamos. Aí, alguém, durante um jantar num restaurante muito popular em Madri, o “Puerto Rico”, propôs: por que a gente não organiza uma associação brasileira de hispanistas, como aquelas que existem em muitas nações? Hispanista, por definição, é um estrangeiro com relação à cultura espanhola ou hispano-americana que trabalha sobre aspectos culturais, literatura, história, artes, etc, desses países. As associações existem, essencialmente, nos países que não são de língua espanhola. Então, por que não criarmos uma?

Um ano depois eu enviei um *e-mail*, que até hoje eu guardo, para meus colegas, dizendo “Gente, que tal se a gente lançasse aquela idéia no Congresso de Professores de Espanhol que haverá em Vitória?”. Fizemos isso e colocamos, como requisito para aderir a essa associação que iria se fundar um ano depois num congresso em Niterói, ser pesquisador, caracterizando isso, minimamente, pelo fato de ser aluno de pós-graduação, professor universitário, doutor, enfim, ou comprovando pesquisa.

Achamos que seríamos 50, 60 e faríamos uns congressos pequenininhos, para a gente poder se encontrar e curtir, pois éramos todos amigos. Mas depois tornou-se uma coisa muito grande. Porque comecei a coletar adesões e, menos de um ano depois, eu tinha umas 150 adesões. Fomos para o Congresso em outubro de 2000 e houve mais de 200 participantes, 180 comunicações lidas. Foi um congresso muito bonito e nele criamos a ABH. Eu fui escolhido presidente da primeira diretoria e, a partir daí, a cada dois anos, estamos fazendo congressos. O segundo foi aqui na USP. Nele tivemos 219 comunicações e 500 participantes. O terceiro foi em Florianópolis, lá acho que houve 400 comunicações e 600 inscrições. O quarto foi no Rio de Janeiro no ano passado, com 1000 participantes e mais de 600 trabalhos. O quinto será na UFMG, no ano que vem. Foi uma coisa que foi crescendo de maneira impres-

sionante. A gente não imaginava que houvesse tantas pessoas, realmente pesquisando no âmbito do Espanhol e da cultura hispânica no Brasil. Isso é muito gratificante, isso permite um intercâmbio, permite trazer pessoas de fora, permite divulgar e expor a pesquisa, submetê-la ao debate, publicar uma seleção disso em livros. Com relação à ABH, eu costumo dizer que a realidade foi melhor do que o sonho. Sonhamos, e a realidade foi melhor do que o sonho.

**MPL: Como o senhor avalia a ocupação da reitoria da USP no mês passado?**

MMG: Eu acho que nós temos que dialogar. Não há outro caminho para construirmos absolutamente nada senão o diálogo. Esse diálogo tem que ser plural, tem que ser entre nós, tem que ser com o poder, tem que ser com a sociedade, tem que ser com a instituição da nossa universidade e tem que ser com os nossos alunos, fundamentalmente. Porque eles são uma razão de ser fundamental, se não a mais importante, dentro da universidade.

Acontece que a universidade é lenta. Infelizmente, ela é muito lenta para resolver problemas que são muito antigos. Eu disse isso na congregação de abril: “agora temos que esperar que os alunos se revoltam, vão à reitoria, aos jornais e exponham o problema para que aí, por fim, a reitoria abra espaço para um diálogo para algumas providências que depois vão ser cumpridas pela metade”.

Isso foi o que aconteceu já em 2002 e, de alguma maneira, está se repetindo agora, para tentar solucionar os mesmos problemas – esses não são problemas novos. Falta de espaço nos prédios, isso é atávico – o prédio de Letras não está terminado. Há uma verba para ampliá-lo há três anos. Não colocaram um tijolo. Por quê? Não sei. Ou seja, são problemas antigos: não repor as aposentadorias, por exemplo. Isso levou a que? À diminuição da oferta de matérias optativas. Isso leva a que as salas fiquem superlotadas. Isso leva que os alunos não consigam se formar no tempo esperado. Isso leva, evidentemente, à revolta. Isso não é novo; deveria ter sido equacionado muito antes. A essa lentidão para resolver problemas muito antigos – e eu estou enumerando somente aqueles que eu conheço mais de perto – se superpõem agora os decretos do governador Serra, que são decretos que cabe definir como minimamente autoritários.

Não constavam em seu programa de governo, foram sancionados de cima para baixo, sem que ninguém esperasse, sem que ninguém discutisse, numa redação absolutamente confusa, que levou a que o

governador tivesse que escrever um decreto declaratório para fazer um recorte. Mas, de qualquer maneira, certas coisas ainda sobrevivem nisso. Com esses decretos a gente sentiu, como eu defini para a Folha de S. Paulo em algum momento, como uma espada pendurada em cima da universidade. Eles dizem “Não, isso não se aplica”, mas e se cortarem o fio e a espada cair?

Ou seja, essas duas coisas se conjugaram. Isso levou aqueles estudantes a agirem. Não vou analisar o mérito. Eu fui dos que condenaram a violência da invasão da reitoria, porque, até hoje, teria preferido outros caminhos. Mas isso aconteceu em função dessas falhas, desta falta de diálogo. Eu lamento que a nossa magnífica reitora não tenha sabido a tempo abrir o espaço do diálogo. Talvez porque estava ausente um pouco da realidade, porque não percebia a gravidade da situação, porque talvez careça de uma leitura histórica da universidade, porque não viu o que vinha se cozinhando há muito tempo.

Eu não sei também avaliar quais serão as consequências. Sem dúvida a universidade vai ter que ser repensada a partir disso. Como eu disse hoje na Congregação, para ser repensada a universidade, tem que se abrir mecanismos de poder diferentes, tem que haver formas de representação diferentes, que sejam aceitas, que sejam legítimas, não apenas legais. Ou seja, muita coisa terá que mudar. Uma das coisas que me fez sentir mais violentamente afastado da universidade foi que, exatamente num momento assim, eu estou tendo que cair um pouco fora desse debate de uma maneira mais direta. Mas é assim, eu acho que o diálogo é o caminho. E o diálogo teria evitado coisas que aconteceram no passado, que se repetiram, e que se não houver espaço para esse diálogo, se não houver a agilidade necessária para implementar soluções, poderão se repetir no futuro, ou talvez pior.

**MPL: Professor, o senhor gostaria de dizer mais algumas palavras?**

MMG: Eu acho que você selecionou praticamente tudo que eu poderia querer expor aqui. Apenas, como digo, sinto-me num ponto de partida. E nesse ponto de partida, evidentemente, estão questões pessoais: minhas pesquisas, meus alunos de pós-graduação, escrever, talvez maior liberdade para atuar em outras universidades, ir para o estrangeiro, enfim... Mas eu acho que eu nunca vou perder de vista que eu devo considerar minha experiência institucional talvez como ponto de partida para, como cidadão brasileiro, lutar por uma universidade pública que realmente seja pública. Encontrar uma universidade que não seja este modelo elitista da Universidade de São Paulo e que

não seja, também, aquele modelo excessivamente aberto de uma universidade argentina. Aí precisamos dialogar muito, pensar muito para discutir muito para chegar a alguma maneira de resolver isso.

E não apenas a universidade, porque a universidade não está dissociada do sistema de ensino. O ensino é um sistema. Você não pode dizer “vamos salvar a universidade”. Grande parte da crise da universidade está lá em baixo. Vem da crise do ensino público fundamental e médio, do ensino básico, praticamente. No meu entender, não adianta você fazer grandes projetos fragmentados, você tem que ter o conjunto. E nesse conjunto há uma coisa da qual dificilmente alguém fala: você tem que dignificar a função do professor. Não pode ser que continue sendo professor, muitas vezes, aquele que não encontrou outra alternativa. Ou que estejam lá apenas idealistas. Tem que ter professores que sejam respeitados porque investiram para chegar lá e porque são recompensados devidamente pelo trabalho que realizam. Enquanto um professor ganhar muito mal

como ganha, especialmente no ensino básico, você não vai ter grandes resultados na educação. Está aí: quando você coloca o Brasil em comparação com os padrões internacionais, você percebe.

Agora, eu não sou saudosista. Não vou dizer: “Ah, no meu tempo o professor ganhava bem”. Não me interessa isso, o que interessa é que hoje nós chegamos a uma degradação da função do professor que, colocada num contexto maior, faz com que sequer haja professores. Não apenas o professor ganha mal, mas tem que trabalhar lá na periferia, onde se sente ameaçado e onde não há nenhuma recompensa por seu trabalho. Então, enquanto essas coisas não forem equacionadas, minimamente resolvidas, a universidade vai continuar sofrendo as conseqüências do que está na outra ponta.

A aposentadoria é assim, para mim, também um ponto de partida para, talvez com mais liberdade, poder pensar a própria universidade, pensar o ensino brasileiro e, se eu encontrar como, continuar engajado na luta para corrigir o sistema.



## COM A PALAVRA: OS ESTUDANTES ESTRANGEIROS

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Em encontro organizado pela professora Maria das Graças de Souza, presidente da Comissão de Cooperação Internacional da FFLCH, os estudantes intercambistas na Faculdade tiveram a oportunidade de compartilhar suas descobertas e suas dificuldades ao chegar ao país e à Universidade de São Paulo. Abaixo, publicamos as entrevistas feitas por *e-mail* com dois desses estudantes: Roberto na Quade, de Guiné-Bissau, e Gundo Rial y Costas, da Alemanha. No dia seis de agosto, está marcado outro encontro com os novos estudantes estrangeiros que chegam à FFLCH para o segundo semestre.

### Entrevista com Roberto na Quade

**Mariana Pereira Lenharo: Por que você decidiu fazer um intercâmbio no Brasil? Algum motivo em especial o levou a escolher estudar no país?**

Roberto na Quade: Decidi fazer parte do programa de convênio (intercâmbio) por um motivo especial: aproximação cultural e histórica entre o povo de Guiné-Bissau e o povo brasileiro. Também sempre me fascinei pela composição etno-cultural que caracteriza o universo brasileiro, na medida em que o curso que decidi fazer, Ciências Sociais, teria todo o ingrediente que me permitiria entender certos fatos que nenhum outro país do mundo me ofereceria como o Brasil.

**MPL: Em que universidade você estudava em Guiné-Bissau? Quais as principais diferenças entre ela e a USP (estrutura física, formato e conteúdo das aulas, relação entre os estudantes...)?**

RQ: Não cheguei a entrar em nenhuma outra Universidade no meu país, pois sempre quis fazer Sociologia, curso que não havia na época na Guiné-Bissau.

**MPL: Quais foram as principais dificuldades que encontrou, tanto na USP quanto na cidade de São Paulo, quando aqui chegou?**

RQ: Uma das maiores dificuldades que encontrei tanto na USP quanto na cidade de São Paulo foi: a questão de integração. Na USP foi pior do que fora dela, na medida em que não existe o devido respaldo da parte das entidades que cuidam dos estudantes estrangeiros

no que consiste a seu encaminhamento e integração. Pior ainda para estudantes africanos que sempre são visto como “outros”, lembrando que a academia é um dos lugares mais conservadores no Brasil, portanto, quando se tem um negro na faculdade, sobretudo africano, é mais um negro que entrou pelo paternalismo de acordos entre governos.

**MPL: O que a Faculdade poderia fazer para evitar as possíveis dificuldades com as quais você se deparou?**

RQ: Queria propor que se trabalhasse muito na divulgação do programa de convênio-intercâmbio pelo menos para novos alunos que estão entrando na USP, mostrando a eles que a Universidade é um mundo, da mesma forma que existem diferentes grupos e pessoas no mundo, assim também o é em uma Universidade. Universidade não é um espaço particular como nossas casas, mas um espaço público privilegiado que nos remete a interagir com os “outros”. Isso provavelmente afrouxará o sentimento perene de: “VOCÊS VEMAQUI PARA TIRAR NOSSO LUGAR”. Existem brasileiros em todo canto de mundo.

**MPL: Você já fez outros intercâmbios para outros países? Em caso positivo, compare essas experiências.**

RQ: Não havia feito outro intercâmbio antes do Brasil – essa será porta de saída para outros.

Queria deixar aqui meus altos sentimentos de gratidão às instituições acadêmicas brasileiras e, em especial, ao povo brasileiro de que reconhecemos a sua singular hospitalidade de dar-nos oportunidade de aqui estudar e interagir. MUITO OBRIGADO.

*Para entrar em contato com Roberto na Quade:* [robertoquadeq@hotmail.com](mailto:robertoquadeq@hotmail.com)

### Entrevista com Gundo Rial y Costas

**Mariana Pereira Lenharo: Por que você decidiu fazer um intercâmbio no Brasil? Algum motivo em especial o levou a escolher estudar no país durante um ano?**

Gundo Rial y Costas: Sempre tive uma ligação muito especial com a América Latina. Meu pai é uruguaio,

já viajei e morei em outros países desse continente e também estudo “Estudos Latino-americanos”. Além de considerar o Brasil o mais variado e interessante de todos os países, também faço um trabalho sobre imaginário e migração brasileira além de participar de um núcleo de pesquisa sobre televisão aqui na USP.

**MPL: Em que universidade você estudava na Alemanha? Quais as principais diferenças entre ela e a USP (estrutura física, formato e conteúdo das aulas, relação entre os estudantes...)?**

GRC: Estudo na Universidade Livre de Berlim. Quanto ao número de estudantes, é semelhante a USP, cerca de 50.000. Só que lá os diferentes institutos estão dispersos em grande parte da cidade. Quanto a formato e conteúdo há muitas coisas em comum. Depois da ratificação do processo de Bologna – que inclui a harmonização dos vários tipos de educação europeus com o objetivo de criar uma área europeia educacional em comum - o sistema alemão possui uma estrutura parecida, com graduação (chamado “Bachelor”), mestrado (chamado “Master”) e doutorado (chamado “Promotion”).

Antes era bem diferente, havia estudantes que ficavam mais do que 10 anos na universidade, inclusive inventaram um termo para se referir a eles, são os “Langzeitstudenten” (estudantes de “longa duração”). O que chama minha atenção é a estruturação das Ciências Sociais na USP porque se oferecem cursos de antropologia, sociologia e ciências políticas juntos. Na Alemanha isso seria impossível, devido às divergências entre as disciplinas. Apesar disso, acho que outros institutos poderiam desenvolver mais projetos e atividades curriculares em comum. Por exemplo, aqui – fora de um programa de mestrado com um número reduzido de estudantes – não se oferecem “area studies” (estudos regionais nos quais se pesquisa de maneira interdisciplinar sobre uma região específica). Portanto eu desempenho aqui o papel de um nômade, perdido entre ECA e FFLCH (Letras, Comunicação, História e Geografia).

Considero muito legal a relação entre os estudantes. Sinto-me completamente integrado dentro do cotidiano uspiano, paulistano e brasileiro. Eu também acredito que existe mais naturalidade na conversa e menos “segregação” – pode ser que você vá ao bandeirão, sente, então outro estudante desconhecido se senta ao seu lado (com certeza, só depois de falar “licença”) e tudo pode acabar num bom bate-papo.

**MPL: Quais foram as principais dificuldades que encontrou, tanto na USP quanto na cidade de São Paulo, quando aqui chegou?**

GRC: As dificuldades maiores encontrei em coisas básicas, por exemplo, eu não sabia que existia o ônibus circular, e aí fui conhecendo a USP como maratonista, a pé. E, bom, a cidade tem seus encantos inegáveis como uma vida cultural bem agitada e ótima comida. Mas ao mesmo tempo você fica horas no ônibus pensando “Nossa, será que chego hoje?”.

**MPL: O que a Faculdade poderia fazer para evitar as possíveis dificuldades com as quais você se deparou?**

GRC: Para melhorar a situação para os intercambistas, eu creio que a USP não somente deveria dar incentivo para conhecer São Paulo através de festas de boas vindas. Seria interessante oferecer uma plataforma (virtual, física) que poderia ser usada pelos estudantes para conseguir informações sobre estudos, aluguel de apartamentos e vida cultural. Sei lá, poderia ser um mural, um espaço na internet, ou até fundar uma organização de assistência, ou seja, mais colaboração com CCINT.

Uma outra idéia seria implementar o projeto de “Tandem”, que serve para fazer contatos entre estudantes de línguas diferentes, estabelecendo dessa maneira “parceiros lingüísticos”, com a intenção de propiciar ensino mútuo. Dessa forma poder-se-ia aproveitar os estudantes estrangeiros, tanto como os brasileiros, para praticar uma outra língua e para se sensibilizar sobre diferenças interculturais.

**MPL: Você já fez outros intercâmbios para outros países? Em caso positivo, compare essas experiências.**

GRC: Já fiz duas vezes intercâmbio antes. A primeira vez foi em Londres, onde existe uma íntima ligação entre estudantes, corpo docente e universidade. Morava numa residência de estudantes e cada novato tinha um “senior student” que funcionava como ponto de contato e referência. E na universidade cada estudante tinha um professor que era responsável por você. E nos andares dos institutos tinham escaninhos (os chamados “pigeon holes”, “buracos de pombas”) onde se podiam deixar informações para pedir orientação ou assistência ao seu professor. O lado negativo disso era que se incentivava uma consciência e um orgulho de estudar nessa instituição. Para mim

era um pouco como a construção de uma “corporate identity” numa empresa grande.

A segunda experiência em Mérida, no lado caribenho do México, foi totalmente diferente. Cheguei lá, ninguém sabia quem eu era e quem era responsável por mim, apesar das cartas mandadas. Falei vários dias seguidos com a secretaria até esclarecer o meu *status* de estudante. Bom, e as salas

de aula eram de pedra, sem janela. Mas fora havia uma paisagem maravilhosa com o pôr-do-sol mais bonito que eu já tinha visto. Além disso, havia mais liberdade na escolha das matérias e me deram a possibilidade de fazer estudos de campo numa comunidade indígena.

*Para entrar em contato com Gundo Rial y Costas: [rialycostas@web.de](mailto:rialycostas@web.de)*

## SOCIÓLOGO AVALIA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE EM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POR ELIANA BENTO DA SILVA AMATUZZI BARROS

O pesquisador Douglas Mendosa, da FFLCH, estudou pontos relevantes sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); sua dissertação reafirma a precariedade do sistema público de saúde, que se mostra incapaz de concretizar os objetivos iniciais do SUS. A dissertação *Tensões em torno da efetivação do direito à saúde no Sistema Único de Saúde* defendida no dia nove de fevereiro deste ano, teve orientação da professora Maria Helena Oliva Augusto do Departamento de Sociologia da Faculdade. Abaixo, leia um resumo da pesquisa, seguido por uma entrevista com Douglas Mendosa.

### Resumo

O Sistema Único de Saúde é fruto das lutas sociais ocorridas no Brasil, nas décadas de setenta e oitenta do século XX. Seus principais objetivos eram a ampliação da noção do direito à saúde e a superação do acesso diferencial da população brasileira aos cuidados médicos. A criação de um espaço institucional em que esses objetivos pudessem se tornar realidade foi a maior conquista daquelas lutas.

Passado o período de sua institucionalização, esse espaço estruturante e estruturador da ação dos cidadãos brasileiros na busca por saúde mostra-se incapaz de concretizar aqueles objetivos. Nesse cenário, a experiência dos indivíduos e as normas que procuram materializar aqueles velhos ideais indicam-nos alguns focos recorrentes de tensão em relação à possibilidade de efetivação do direito à atenção e à recuperação da saúde.

Ao nos fixarmos na questão de como os cidadãos-

usuários estão ou não conquistando o atendimento, não pudemos escapar da inevitável reafirmação da precariedade do sistema público de saúde. Essa característica, por seu turno, indica-nos a manutenção do padrão de acesso diferencial aos bens e serviços destinados à recuperação da saúde individual, já que o espaço do SUS continua sendo o espaço ocupado pelos pobres ou por aqueles em situação de vulnerabilidade social.

### Entrevista com o pesquisador Douglas Mendosa

#### **Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros: O que o levou a defender seu mestrado sobre o SUS – Sistema Único de Saúde?**

Douglas Mendonsa: Além da experiência que já havia adquirido na Iniciação Científica, na qual o tema também era o de Políticas Públicas em Saúde, o Sistema Único de Saúde representou, para a pesquisa de Mestrado, um delimitador claro de um espaço institucional no qual as práticas e as relações sociais dos cidadãos podem ser descritas e analisadas. Ou seja, por meio das relações que os sujeitos estabelecem dentro do Sistema Único de Saúde, a fim de obterem os serviços que precisam, a pesquisa pretendia desvendar os modos de efetivação do direito à saúde em São Paulo.

#### **EBSAB: Qual foi o motivo da escolha da Unidade Itaquera?**

DM: Na primeira versão do projeto que deu origem à dissertação, cogitava realizar uma pesquisa em algum setor do Hospital das Clínicas. No entanto, após al-

gumas discussões com colegas e professores do Departamento de Sociologia, ficou claro que a pesquisa poderia desenvolver-se com os mesmos objetivos em uma unidade menor, na qual a proximidade com os sujeitos envolvidos na produção e consumo dos serviços de saúde pudesse ser reveladora das ações que os atores levam a cabo para recuperar a “saúde perdida”. Sendo assim, a pesquisa poderia ser realizada em qualquer unidade básica de saúde da capital. A escolha de Itaquera deveu-se, de fato, a uma eventualidade. No primeiro ano do Mestrado cursei uma disciplina na Faculdade de Saúde Pública, ministrada pela Professora Sueli Gandolfi Dallari. Lá, conheci o Coordenador de Saúde de Itaquera àquela época, que também cursava a disciplina e que me indicou a unidade pesquisada, por sua centralidade. De fato, a unidade era bem conhecida e apresentava uma gama de serviços que a tornava referência para uma ampla rede de unidades da Zona Leste.

**EBSAB: O que você quis dizer em seu trabalho na página 13 sobre “realidade de mão dupla”?**

DM: Essa formulação está bastante atrelada ao pressuposto metodológico com o qual iniciei a pesquisa e a partir do qual escrevi o projeto. Segundo ele, os indivíduos constroem a realidade social ao mesmo tempo em que são construídos por ela. Trata-se de superar, na análise da realidade social e das relações sociais, o dualismo entre subjetivismo (a realidade está dentro do sujeito) e objetivismo (as estruturas sociais são fixas e independem dos sujeitos). Ao estabelecer os modos como os indivíduos devem proceder para obterem sua saúde, essa estrutura, ou esse espaço institucional denominado SUS, transforma os indivíduos em cidadãos e usuários do sistema. Desse modo, compreendíamos o SUS como uma estrutura aberta às modificações resultantes do poder de “agir de outro modo” que todo indivíduo possui frente às estruturas com as quais se defronta. Essa concepção, que é teórica e metodológica, mostrou-se desacertada como modo de análise das entrevistas. Está claro que não é possível pensar na fala de uma usuária da UBS Itaquera como representativa da dinâmica de estruturação positiva do Sistema Único de Saúde. A simples procura de um medicamento que não está disponível na rede não transforma o sistema de uma hora para outra. Felizmente, pude reajustar minha perspectiva a tempo de concluir a versão final da dissertação dentro do prazo que me foi concedido.

**EBSAB: Você fala dos diversos sistemas de contratações de funcionários, como: CLT, CLF e lei 500. Como você vê esta situação?**

DM: Essa é uma situação bastante problemática e expressiva das tentativas idealizadas pelos sucessivos governos para dar conta das dificuldades com que se deparam ao assumirem a gestão da coisa pública durante o período determinado de um mandato. O funcionário público é uma figura instituída justamente para garantir a continuidade de um serviço a ser prestado com eficiência e permanentemente. Sua eficiência advém do fato de que, além de ter demonstrado sua habilidade e aptidão por meio de concurso público, o seu compromisso com o serviço prestado é de longo prazo, pois o governo muda, mas o Estado e os seus funcionários permanecem. No entanto, a diversidade das funções a serem executadas dentro do Estado acabou forjando formas diversificadas de contratação pelos sucessivos governos.

Afigura-se aqui, portanto, um problema de continuidade e descontinuidade, ou seja, expõe-se aqui a fratura entre o tempo longo de estruturação do Estado republicano e de sua máquina administrativa, e o tempo curto de um governo que é trocado a cada quatro anos. Todos os regimes de contratação de pessoal que hoje coexistem dentro do Estado propiciam formas distintas de comprometimento com a coisa pública, além de fazerem conviver, lado a lado, funcionários que realizando as mesmas funções, acabam recebendo remunerações diferenciadas.

Um dia, na pesquisa de campo, a vice-diretora do posto disse-me, inconformada: “Como pode, eu ter dois funcionários fazendo a mesma coisa, mas recebendo salários diferentes, só porque uma é funcionária da prefeitura e outra é funcionária do estado? Sendo que, aquela que recebe menos, trabalha muito mais do que aquela que recebe mais.” Por fim, para dificultar a vida do funcionalismo, a municipalização dos serviços de saúde faz conviver funcionários vinculados a diferentes níveis de governo da federação. Um agravante a mais na nebulosa situação dos trabalhadores a serviço do Estado.

**EBSAB: E quanto à alocação dos funcionários da limpeza e vigilância para a recepção – você acredita que eles tenham passado por um processo de reciclagem?**

DM: Esses funcionários não passaram por reciclagem e sua alocação é fruto de uma solução

que estava à mão da gerente da unidade à época. Ou ela alocava aqueles funcionários para a recepção, ou ela enfrentaria duas dificuldades: a primeira seria a de um colapso no atendimento da recepção, com alta demanda e poucos atendentes, e a segunda que seria a de ter de lidar com um contingente expressivo de mão de obra desocupada até que, “num belo dia”, surgisse do céu cinza de São Paulo um luminoso curso relâmpago de reciclagem para funcionários deslocados de suas funções originais.

**EBSAB: Um dos médicos queixou-se da falta de um sistema de informação unificado, e um dos exemplos citado é a troca dos plantões. O que você poderia falar para ajudar?**

DM: O médico que você cita queixa-se da falta de um sistema no qual ele, como médico de uma UBS, pudesse saber a que outros tratamentos o usuário está submetido ou quais são os medicamentos receitados pelos outros especialistas para aquele usuário. Quando o usuário passa por médicos da mesma unidade isso fica fácil, pois ali há um prontuário com todos os procedimentos realizados pelo paciente dentro da UBS. Acontece que muitas vezes o paciente que passa no Cardiologista da unidade X também frequenta o Neurologista da unidade Y, à qual ele teve acesso por meio de algum atendimento de emergência, por exemplo. Portanto, não se trata de troca de plantão. Mas da unificação de um prontuário de um paciente que **perambula** por toda a rede pública da cidade em busca do atendimento que necessita.

**EBSAB: Mesmo com tantas críticas e falhas no sistema, percebe-se que já foi feito muito. O que você pode falar sobre isto?**

DM: Toda crítica ao SUS deve sempre ter como orientador de suas considerações o ditado que reza “Não jogue fora a criança junto com a água do banho”. Como política pública o SUS é um sistema continuamente aberto às tentativas de melhoria de sua rede, responsável pela ampliação do acesso aos serviços de saúde de expressiva parcela da população brasileira. No entanto, não devemos nos esquecer que só a ampliação do acesso a atos médico-curativos não resolverá muita coisa enquanto perdurar o padrão atual de utilização dessa rede. Esse padrão, cujo foco é a cura de indivíduos doentes e não a promoção de indivíduos saudáveis, favorece o aumento contínuo da demanda e, conseqüentemente, a mesma constatação de sempre: faltam vagas, faltam medicamentos, falta isso, falta aquilo...

**EBSAB: As regiões que contam com uma unidade do SUS, tem suas necessidades. Qual necessidade você acha mais urgente?**

DM: Cada porção delimitada do território da cidade – comumente conhecido como distrito sanitário – está equipada com uma certa quantidade de estabelecimentos (e seus equipamentos) do SUS. É claro que, por se tratar de uma rede, o morador de uma região pode ser encaminhado para um estabelecimento em outra região. Até aí, não há muito problema. O que se coloca como desafio é que os deslocamentos são cada vez maiores, especialmente porque mesmo a rede básica, aquela que deveria estar mais próxima da residência dos indivíduos, no nosso caso, as UBS(s), não dão conta de atender os moradores do seu entorno, seja pela falta de especialistas, seja pela deterioração dos seus equipamentos. Tenho um exemplo disso em casa. Para consultar-se com um Cardiologista, minha mãe já passou por três unidades básicas. Agora ela está na quarta unidade, para a qual deve tomar um ônibus para ir e outro para voltar. Isso contraria frontalmente um dos princípios norteadores de implantação da rede básica, segundo o qual tal rede deve ser acessada a pé pelos usuários.

**EBSAB: Você fala sobre “criar e recriar a cidadania no Brasil”. Como você vê a cidadania na área da saúde?**

DM: É comum ouvirmos os estudiosos da área de Políticas Públicas no Brasil destacarem a organização vitoriosa do Movimento da Reforma Sanitária, que reuniu, em torno do objetivo comum de implantação do SUS, médicos sanitaristas, parlamentares, pesquisadores e pessoas dos movimentos populares de saúde. No entanto, um dos legados desse movimento, que foi a garantia da participação popular na gestão da saúde, é bastante discutível nos dias de hoje. Sob vários aspectos podemos dizer que a participação dos usuários nos conselhos gestores de unidades, ou mesmo no Conselho Municipal de Saúde, restringe-se às contínuas reclamações de que as coisas não estão bem. Ainda que em alguns lugares essas estruturas participativas se mostrem funcionando, não é possível garantir que sejam espaços que propiciem discussão mais ampla e efetiva dos problemas que afligem a massa de usuários do SUS.

Dominadas por uma ou outra facção política, as pessoas que participam desses conselhos normalmente continuam enxergando o mundo como dividido entre bons e maus, entre tucanos e petistas, entre privatização e estatização. Por sua vez, as pessoas mais simples se-



quer tomam a palavra, como pude perceber em algumas reuniões do Conselho Gestor de Itaquera às quais compareci. Elas estão lá tão somente para garantir o número necessário de participantes e, desse modo, colaboram para afirmação de que a saúde é mais aberta à participação, pois os conselhos existem e reúnem-se frequentemente. As discussões nessas arenas precisam urgentemente tornar-se mais substantivas, oferecendo a todos, e não somente aos “politiqueiros” de plantão, que continuam pensando como em 1980, uma oportunidade de fala, de deliberação. Deliberar sobre a verba de R\$ 500,00 que cada unidade recebe não é participação política, mas gestão da necessidade, que pode muito bem ser operada por qualquer técnico da secretaria.

**EBSAB: Você acredita que cidadania e direito social podem se cruzar?**

DM: O direito social, ou seja, o direito a um mínimo vital, a ser garantido pela sociedade quando o sujeito não é capaz de fazê-lo autonomamente pelo mercado de trabalho, é um dos componentes ditos clássicos da cidadania no século XX. Eles não só se cruzam, como se cruzaram durante boa parte do século passado, especialmente nos países que melhor representaram o chamado *Welfare State*, ou seja, os países da Europa Ocidental. Juntamente com participação política e com liberdade civil, esses países implantaram sistemas que

trataram de proteger aqueles indivíduos mais “vulneráveis”, como os chama Robert Castel. No Brasil, essa é uma outra história. Aqui, sempre tivemos a sensação que cobrindo os pés estávamos descobrindo a cabeça. No entanto, é importante destacar que a abertura democrática dos anos oitenta, com os ganhos de emancipação civil, política e social inscritos na Constituição Cidadã, representou, entre nós, um esforço de implantação do tipo de proteção social vivida nos países europeus. Há quem diga, inclusive, que não há sistema de saúde mais amplo que o SUS do ponto de vista da garantia formal desse direito. Só para lembrar, o movimento da Reforma Sanitária conseguiu inscrever na Constituição que “A saúde é um direito de todos e um dever do Estado”. O que se coloca, 20 anos depois da Constituinte, é que o sonho da sociedade brasileira consubstanciado na Carta Democrática tenha sido, talvez, ambicioso demais. Hoje, é cada vez mais claro, mesmo para os indivíduos que participaram ativamente daquele processo, que as conquistas realizadas no papel devem tornar-se conquistas de fato, para que os brasileiros mais vulneráveis não sejam rapidamente reclassificados como indigentes. É preciso efetivar a cidadania social para que a cidadania política tão vivenciada em 1988, não seja desacreditada, ou que experiências como aquela sejam desencorajadas.

## IDADE DO CONHECIMENTO

### A UNIVERSIDADE ABERTA

ECLÉA BOSI

Os docentes têm percebido algo de inusitado nas suas classes. Além da turma de graduação, vêm chegar alunos de cabeça branca que se aproximam timidamente das salas e entram receosos por serem diferentes na idade, nas roupas, na postura, na linguagem.

Muitos são trabalhadores manuais, e é a primeira vez na história da Universidade que velhos trabalhadores sentam-se lado a lado com nossos jovens alunos.

A história da Universidade Aberta à Terceira Idade começa em outubro de 1991, com uma carta à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão solicitando abertura de cursos para pessoas idosas.

A carta andou tramitando de uma instância para outra e em 1992 a proposta foi acolhida e aprovada.

Mas o que fazer para pôr em prática um projeto que iria envolver todos os *campi* da USP?

Adotamos a seguinte estratégia: escrevemos aos

docentes perguntando se aceitariam alunos de 3ª idade mediante uma entrevista prévia de seleção e quantas vagas poderiam oferecer.

Muitos responderam: estava assim criado um projeto que tanto humanizou a fisionomia da USP.

A estrutura é simples, sem custos, flexível, de uma imponderável leveza.

Eles não são alunos de graduação, nem alunos ouvintes: são alunos da Universidade Aberta à Terceira Idade.

Podem combinar uma constelação de disciplinas para cursar cada semestre: literatura e botânica, dança e astronomia, pintura e teatro... conteúdos díspares na aparência mas que correspondem à nossa vocação mais profunda que pode compor interesses diversos com uma coerência interna.

A escolha livre dessa constelação é privilégio da Terceira Idade para quem a vida, mais do que nunca, é um desafio constante.

Participando de seminários, provas e pesquisas da disciplina, recebem no fim do semestre um certificado pelas mãos do professor.

Sou testemunha de como a classe transforma esse gesto tão simples numa ocasião solene e festiva, aplaudindo com entusiasmo o esforço dos velhos colegas.

O projeto sobrevive graças a generosidade dos docentes.<sup>1</sup>

É notável saber que cientistas renomados, médicos cujo tempo é precioso, artistas reconhecidos, dedicam horas de ensino em atividades especiais para a 3ª idade.

O MAC realiza um curso brilhante de artes plásticas, a Escola Politécnica, um curso de danças folclóricas, e é um nunca acabar de oferecimentos valiosos.

Quando uma disciplina não recebe alunos, mas continua nos enviando vagas, ela se constitui sempre numa riqueza para o Projeto; e um dia, o professor poderá ter uma surpresa, como quando fomos procurados por uma anciã de 81 anos, desejosa de cursar Literatura Chinesa.

A quantidade de alunos pouco importa: o mérito reside na disposição do docente, que abriu vagas, e na busca do idoso pelo conhecimento, já sem pressa e sem finalidade pragmática.

Visitei cursos similares no estrangeiro, situados em grandes universidades: eram em geral a pagamento (e caros). O nosso é gratuito e favorece preciosa proximidade de gerações com vantagens para velhos e jovens.

## Dimensão Pedagógica

A feliz convivência que observamos nas classes se acompanha de um melhor aproveitamento discente.

Nossos alunos aprendem a conviver com a diferença, entrelaçando sua vida escolar com a desses companheiros que, muitas vezes, tomam três conduções para chegar ao *campus*, podem morar em quartos abafados de cortiços, mas que se orgulham de comprar livros com sua minguada aposentadoria.

19,4% dos homens e 24% das mulheres continuam trabalhando para se sustentar.

E nossos jovens terão que conhecer de perto a fragilidade humana, pois esses colegas costumam ter limitações físicas: enxergar menos, ouvir pouco, locomover-se lentamente, embora cheguem pontuais e agradeçam ao professor no final da aula.

Seu aproveitamento nas provas e seminários está entre os melhores.

E eles têm um passado... uma longa memória que enriquece as aulas, densidade biográfica.

Numa aula de Psicologia Social, tentava-se explicar a percepção do tempo, as conotações afetivas e sociais que alteram seu ritmo. Levantou-se uma anciã negra com mais de 80 anos e, ali, de pé, começa a recitar os versículos bíblicos que ela sabia de cor:

“Todas as coisas têm seu tempo debaixo do sol:

Há tempo de nascer e tempo de morrer;

Tempo de plantar e tempo de colher;

Tempo de chorar e tempo de rir;

Tempo de rasgar e tempo de costurar;

Tempo de buscar e tempo de perder;

Tempo de abraçar e tempo de se separar;

Tempo de calar e tempo de falar...”

Tinha chegado para ela o tempo de falar (e de falar sobre o devir). Encontrou, na idade avançada, um fato insólito: as portas abertas da Universidade.

Entrou num espaço que sempre lhe fora fechado, gozando tardiamente de um direito que sempre lhe fora negado.

Buscava junto ao professor e aos colegas mais jovens o que toda cultura deve buscar: um sentido para a vida, o conhecimento do mundo.

*Ecléa Bosi é docente do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora acadêmica do projeto Universidade Aberta à Terceira Idade.*

<sup>1</sup> Não poderia enumerar aqui as disciplinas do Programa que é impresso na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e que está à disposição dos interessados: (fone 3091-3348 e [www.usp.br/prc](http://www.usp.br/prc))

# ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

## SEÇÃO INICIA NOVA SÉRIE DE MATÉRIAS

Com a intenção de promover um conhecimento mais sólido sobre as atividades e a importância do trabalho de cada setor desta Faculdade, a seção *Organização e Funcionamento* já publicou matérias sobre os 11 departamentos que compõe a FFLCH. O prédio da Administração e a Biblioteca Florestan Fernandes também foram assuntos desta seção.

A Faculdade de Filosofia conta com um corpo do-

cente de 468 professores e com cerca de 360 funcionários. Diante deste imenso quadro, é comum que as pessoas que fazem parte dele desconheçam o trabalho de muitos de seus colegas. Tendo em vista uma valorização dos trabalhos aqui desenvolvidos e uma maior interação entre os diferentes setores da Faculdade, a seção dá início a uma nova série de matérias, agora sobre os centros e núcleos de estudo da FFLCH.

## NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO (NEMGE)

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Numa época em que eram raros, no Brasil, estudos voltados para a questão da mulher, um grupo de 10 pesquisadoras da Universidade de São Paulo resolveu mudar essa situação. O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher foi criado em 1985 com o objetivo de não só estudar a questão da mulher, preenchendo essa lacuna existente dentro da Universidade, mas também de orientar políticas públicas. A denominação atual – NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero) foi adquirida em 1988, quando a USP regulamentou os núcleos de pesquisa.

### OBSTÁCULOS INICIAIS

A professora Eva Alterman Blay, coordenadora científica do NEMGE, conta que, no início, o núcleo enfrentou muitas dificuldades, já que o feminismo era uma temática absolutamente nova para a época. “Colocar a mulher como agente de sua própria vida e de seu próprio destino foi revolucionário porque, até então, só se falava em direitos do homem”. Mesmo assim, dentro da academia o feminismo era considerado um tema de menor relevância e era, por vezes, ridicularizado. No entanto, as pesquisadoras persistiram em seus objetivos: hoje o núcleo completa 22 anos de existência.

A primeira grande temática pesquisada pelo NEMGE foi relacionada ao trabalho feminino. Na época, não havia informações precisas sobre o assunto: “Os dados do IBGE não separavam os trabalhadores por sexo; era como se as mulheres não fizessem parte da força de trabalho” afirmou a professora Eva Blay. Após muito esforço, quando os dados finalmente foram organizados e divididos, obteve-se uma informação de extrema relevância, que ficava oculta quando não existia a separação por sexo: as mulheres se concentravam em cargos com remunerações mais baixas e, mesmo quando exerciam as mesmas tarefas que os homens, recebiam salários menores.

Atualmente, as pesquisas do NEMGE abordam temas como a violência contra a mulher, a trabalhadora rural, a imigração judaica, a família e a questão de gênero. O núcleo também desenvolve outras atividades, como o TCendo.sp, grupo de terapia comunitária, e o Seminário Família e Sociedade, que reúne interessados na discussão de temas ligados à família. Além disso, o NEMGE ainda oferece assistência jurídica e social gratuita para mulheres da comunidade, por meio do projeto “Oficina dos Direitos da Mulher”.

**TCENDO.SP**

Coordenado pelas professoras Lia Fukui e Liliana Beccaro Marchetti, o projeto reúne grupos permanentes de terapia comunitária. Além disso, promove sessões avulsas de terapia comunitária, seja para divulgação do projeto, seja em parceria com outros grupos de TC. Existem atualmente dois grupos permanentes praticando a TC: “De bem com a vida” e “Projepsi”.

As reuniões que contam com maior número de participantes são as do grupo “De bem com a vida”. Este grupo funciona junto à Paróquia de São Mateus, no Rio Pequeno, e é reconhecido pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura. Reunindo cerca de 70 pessoas – com idades variando entre 40 e 84 anos – o grupo, que se reúne na própria Paróquia, conta com a Terapia Comunitária no seu programa de atividades uma vez por mês.

Já as reuniões do Projepsi (Projeto de Epilepsia e Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP) têm a função de promover a inclusão social dos portadores de epilepsia e transtornos mentais e de seus familiares e ocorrem no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas.

O projeto TCendo.sp surgiu em agosto de 2001 e, desde 2002, tem consolidada sua associação com o NEMGE, onde ocorrem as supervisões e as reuniões de trabalho do projeto. Para este ano, também está previsto um curso de capacitação para terapeutas comunitários no interior do estado. O NEMGE também colabora no curso de capacitação de terapeutas comunitários do MISMEC-DF (Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária de Brasília-DF).

**SEMINÁRIO FAMÍLIA E SOCIEDADE**

Tendo início em 1999, o Seminário Família e Sociedade promove o encontro multidisciplinar de professores, pesquisadores e alunos de diversas áreas do conhecimento. O critério para a participação das reuniões quinzenais é simplesmente ter interesse em discutir as questões relacionadas à família e à produção de conhecimento sobre o assunto. As reuniões do seminário, coordenado pelas professoras Lia Fukui, Lucila Brioschi e Maria Helena Trigo, são estruturadas da seguinte forma: os participantes lêem textos teóricos previamente propostos e o discutem no encontro, ou ocorrem apresentações de projetos de pesquisa.

O texto que introduz a programação de 2006 do Seminário afirma que, dos textos escolhidos para leitura, alternam-se aqueles mais teóricos – que podem,

aparentemente, não ter nada a ver com a questão da família – e teses sobre temas específicos relacionados direta ou indiretamente à família. As reuniões já deram origem a uma publicação, o livro *Segredos de Família*, lançado em 2002.

**OFICINA DOS DIREITOS DA MULHER**

O NEMGE disponibiliza seu espaço para profissionais atenderem gratuitamente as mulheres que procuram seus serviços. Esse projeto está sob a direção da Dra. Norma Kyriakos e é coordenado pela Dra. Mônica de Melo, ambas participantes do conselho consultivo do NEMGE. Os atendimentos ocorrem, geralmente, às segundas-feiras e as consultas são marcadas por telefone. Ao todo, são oito profissionais que realizam esse atendimento: seis advogadas, um advogado e uma assistente social.

**Gênero – teoria e pesquisa**

Desde 2006 criou-se no NEMGE um grupo de estudos que busca analisar as mais atuais produções teóricas sobre o conceito de Gênero. É composto por estudantes e profissionais de diferentes áreas e de várias universidades, assim como pesquisadoras e pesquisadores profissionais. Este grupo é coordenado pela doutoranda Arlene Martinez.

Além desses projetos, as pesquisadoras e professoras do NEMGE orientam alunos de mestrado e doutorado; atualmente são cerca de 10 orientandos. O NEMGE também oferece um amplo atendimento de orientação informal para alunos e, até mesmo, professores e pesquisadores do Brasil inteiro. “Como não são muitos os núcleos de informação sobre esse assunto que nós estudamos, as pessoas que estão fazendo trabalhos jornalísticos, teses ou preparando trabalhos de conclusão de curso, costumam nos pedir orientação e solicitar dados que nós já temos publicados, ou não”, explica a professora Eva Blay.

**Novos desafios**

No núcleo, os projetos recebem financiamento de origens diversas. Alguns deles, porém, não contam com financiamento algum, como a Oficina dos Direitos da Mulher, que só é possível graças ao trabalho não-remunerado de profissionais do direito e da assistência social, e o Seminário Família e Sociedade, que já funciona dessa maneira há muitos anos. Apesar de a Reitoria reconhecer e valorizar a importância do trabalho realizado pelo NEMGE, ele ainda é carente de recursos de apoio material junto à Universidade: não existe uma verba para manutenção física do espaço ocupado pelo núcleo na Antiga Reitoria.

O NEMGE conta, por exemplo, com uma extensa biblioteca especializada, construída graças a doações muito importantes de pessoas como a Sra. Margarida Genevois, a Dra. Adriana Gragnani, a Dra. Marly Cardoni, a professora Lucila Brioschi, entre outras. A biblioteca é constituída de livros, documentos e uma hemeroteca que está aberta para qualquer pessoa que queira consultá-la. No entanto faz-se necessário o trabalho de uma bibliotecária para organizar todo o acervo: é essencial que as cerca de 20.000 obras que o compõe sejam armazenadas de modo a conservar todo o material, além de poderem ser mais facilmente localizadas.

Outra demanda a ser preenchida é o serviço de atualização do site ([www.usp.br/nemge](http://www.usp.br/nemge)). Ele era feito voluntariamente por uma colaboradora que, recentemente se envolveu com outros projetos e não poderá continuar essa atividade.

É importante destacar que o NEMGE promove palestras, debates e mesas-redondas, como a que ocorreu no mês de março, sobre a questão dos direitos reprodutivos (*leia matéria na seção Eventos*). As pesquisadoras do núcleo também participam de diversos eventos e simpósios nacionais e internacionais. A professora Eva Blay, por exemplo, participou recentemente do Seminário Internacional sobre Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Brasil – França, com o artigo que ela produziu em conjunto com Beatriz Lang, *A Universidade de São Paulo e a profissionalização das Mulheres*.

As publicações das pesquisadoras do núcleo são de grande relevância na área dos estudos da mulher e das relações sociais de gênero. Para citar alguns exemplos de livros produzidos por membros do NEMGE: *Guia Ensino e Educação com Igualdade de Gênero na Infância e na Adolescência – Guia Prático para Educadores e Educadoras*, que recen-

temente teve o lançamento de sua segunda edição; *Mulheres na USP: horizontes que se abrem; Igualdade de oportunidades para mulheres; Mulher e cidadania; Direitos humanos e assassinato de mulheres; Relações sociais de gênero X relações de sexo; Gênero e Universidade; Oficina dos direitos da mulher; Mulher e cidadania na nova ordem social*. Além dos livros, as pesquisadoras publicam dezenas de artigos nos principais jornais do país, em revistas e informativos especializados e em publicações internacionais.

#### **MEMBROS ATIVOS DO CONSELHO CONSULTIVO:**

Adriana Maria Carbonel Gragnani  
Ângela Mendes de Almeida  
Arlene Martinez Ricoldi  
Lucila Reis Brioschi  
Liliana B. Marchetti  
Maria da Conceição Quinteiro  
Marta Baião  
Mônica de Melo  
Norma Kyriakos  
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

#### **FUNDADORAS ATIVAS NO NEMGE:**

Dulcília Helena S. Buitoni  
Eva Alterman Blay  
Lia de Freitas Garcia Fukui  
Miriam Moreira Leite  
Rosa Ester Rossini

#### **APOIO ADMINISTRATIVO:**

Wilson Roberto dos Santos

Núcleo de estudos da mulher e relações sociais de gênero: 3091-4180 / [nemge@usp.br](mailto:nemge@usp.br)  
[www.usp.br/nemge](http://www.usp.br/nemge)

## **CENTRO DE ESTUDOS DAS CULTURAS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (CELP)**

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Na última década, o antigo Centro de Estudos Portugueses ampliou a temática de suas pesquisas para as culturas e literaturas, não só de Portugal, mas de todos os países que se expressam em português. Ele fez isso partindo da evidência crítica de que, para a análise profunda de uma literatura lusófona, é muito importante dialogar com o conjunto das literaturas de língua portuguesa. Para se adequar a essa

perspectiva, este ano ele passou a se chamar Centro de Estudos das Culturas e Literaturas de Língua Portuguesa (CELP). “Quando pensamos numa literatura em português, nós temos que pensar na plasticidade dessa língua literária que começou a ser modelada desde a Idade Média. Nesse percurso não foi apenas Portugal que chegou à América, à África e à Ásia, mas essas civilizações também chegaram

a Portugal” – afirma o professor Benjamin Abdala Junior, diretor do centro.

Os estudos do CELP abrangem principalmente as culturas e literaturas do Brasil, Portugal e dos cinco países africanos em que o português é a língua oficial – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Além disso, existe um novo campo de pesquisa relacionado à produção literária de imigrantes provenientes desses países – por exemplo, o imigrante português na França, o imigrante brasileiro nos Estados Unidos, e assim por diante. Dentro desse campo, destaca-se ainda a investigação da literatura produzida pelo negro brasileiro, na qual a marcação da cultura africana é muito importante.

Seguindo a linha do estudo das questões relacionadas ao negro no Brasil, o CELP também vai oferecer, a partir de agosto, um curso de extensão destinado a professores do ensino básico. O curso se propõe a prepará-los, durante um ano, para pôr em prática a lei 10.639/03, que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e particulares de todo o país. “Essa é uma lei importante e está mexendo muito com o nosso trabalho aqui dentro” – afirma a professora Vima Lia de Rossi Martin, vice-diretora do CELP. “A idéia é que os professores, depois de fazerem o curso, possam levar para a sala de aula esse conhecimento ligado às culturas e literaturas africanas”.

O oferecimento desse curso, cujo título é *Atualização em Estudos Comparados de Língua Portuguesa*, demonstra a preocupação do CELP em integrar a Universidade com os outros níveis de ensino e com a sociedade. A idéia do curso é trazer o professor para uma formação contínua na Universidade e fazer com que ele possa, inclusive, participar das pesquisas aqui realizadas. Caso o curso seja bem sucedido e haja demanda, o CELP pretende ministrá-lo a cada semestre.

Também no sentido de promover uma interação entre a Universidade e a sociedade, há um projeto de se trabalhar com rodas de leitura e formação de leitores em espaços fora da USP. “A idéia é que a gente possa se deslocar e promover, de fato, essa circulação de conhecimento” – explica a professora Vima.

Há ainda uma outra atividade de extensão sendo oferecida nos meses de maio e junho com o apoio do CELP. O curso *Literaturas de Língua Portuguesa em Perspectiva*, que tem como público alvo os estudantes de Letras, é coordenado por duas áreas de pós-graduação da FFLCH: Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa. As 100 vagas foram preenchidas em menos

de uma semana, o que demonstra o interesse dos alunos em estudar, não só a literatura brasileira ou a literatura portuguesa, mas o conjunto das literaturas que se expressam em português.

Em seu movimento para uma maior abertura da Universidade, o CELP também apoiou, na área de pós-graduação em Estudos Comparados, um projeto de Mestrado Interinstitucional com a Universidade Estadual do Mato Grosso. Houve uma troca de cerca de 15 professores entre as instituições. Algo parecido pretende-se fazer com relação aos professores africanos que, informalmente, já vêm para a Faculdade. A idéia, portanto, é institucionalizar esse intercâmbio criando um projeto, dentro dos convênios já existentes, que envolva investimento da Universidade de São Paulo, das universidades estrangeiras e, principalmente, das agências financiadoras, tanto do Brasil quanto do exterior.

Os próprios núcleos de pesquisa do CELP são compostos por professores de dentro e de fora da USP. O professor Benjamin conta que esses núcleos são uma forma eficiente de trazer de volta para a Universidade os egressos: professores que, por exemplo, defenderam doutorado na FFLCH e lecionam hoje em outras universidades do Brasil. Por meio do centro, eles retornam à USP, trazendo consigo toda a experiência que adquirem em outros espaços de educação e pesquisa. Em fase de reformulação, os núcleos de pesquisa devem estar definidos em pouco tempo – serão cerca de 10, cada um deles integrando até 10 pesquisadores.

Dentre as linhas de pesquisa do CELP, o professor Benjamin cita, por exemplo, a de literatura infantil e juvenil em língua portuguesa. A análise crítica dessa literatura faz-se fundamental hoje em dia, num contexto em que é necessário ter “uma metodologia nova para dialogar com aquele aluno que é modelado pelos meios de comunicação”. Outra linha de pesquisa de grande importância é o das literaturas africanas de língua portuguesa. O CELP, desde suas origens, conta com o trabalho da professora Maria Aparecida Santilli, uma estudiosa pioneira nos estudos de literaturas africanas, como fez questão de enfatizar a professora Vima. Foi ela a primeira professora de Literaturas Africanas no Brasil; já nos anos 70, criou essa disciplina na USP.

Para divulgar as pesquisas realizadas, o CELP promove e apóia eventos ligados às literaturas e culturas de países de língua portuguesa, além de produzir publicações próprias. Um dos eventos, que já se tornou uma tradição e acontece no mês de outubro são os *Encontros de Estudos Comparados de*

*Literaturas de Língua Portuguesa*. Segundo a professora Vima, a idéia dos encontros é “colocar em contato os alunos de pós-graduação que trabalham nessa perspectiva”. Dentre os principais eventos já organizados pelo CELP está o *Segundo Encontro de Professores de Literaturas Africanas*. Realizado em 2003, ele foi um encontro internacional que reuniu diversos professores nacionais e estrangeiros.

Além das dezenas de livros publicados pelo CELP nos últimos anos, o centro produz a *Via Atlântica*, revista semestral cuja qualidade é reconhecida internacionalmente. A revista eletrônica *Crioula*, que será lançada em breve, também terá o papel de divulgar as pesquisas do CELP. Inteiramente produzida pelos alunos de pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, com a assessoria dos professores, ela vai ser lançada com cerca de 20 artigos, resenhas, perfis biográficos, diários acadêmicos de dois alunos (um de Moçambique e um do Brasil), produções literárias e entrevistas. “A revista é fruto do trabalho e do empenho dos próprios alunos; eles é que estão entrando em contato com os professores, pedindo artigos e fazendo entrevistas. É um trabalho muito sério.” – afirma a professora Vima.

Dentro do CELP, cada projeto recebe um financiamento independente, que geralmente vem das agências financiadoras – CNPq, Capes e Fapesp. A Universidade oferece ao centro o espaço físico de duas salas no prédio de Letras, uma verba mensal mínima para a manutenção, além do serviço de duas secretárias – a Creusa e a Mari. Há pesquisadores que recebem bolsas individuais, como também existem projetos coletivos.

Para a direção do CELP, a principal dificuldade enfrentada pelo centro está em conseguir verbas rápidas para, por exemplo, pagar uma passagem aérea local para um professor ou escritor estrangeiro que esteja no país para alguma atividade. No ano passado, por exemplo, o CELP trouxe três escritores estrangeiros para a USP – João Paulo Borges Coelho, de Moçambique e João Mello e Ondjaki, ambos da

Angola. Estudiosos portugueses como Fernando Rosas, Ana Mafalda Leite e Vania Chaves também já ministraram cursos e palestras na USP. Para eventos maiores, há tempo para buscar recursos junto às agências financiadoras; o que não existe é uma reserva para gastos mais ágeis.

Outra dificuldade existente é em relação à infraestrutura. A professora Vima conta que, há quase um ano, o centro fez um pedido de estantes de madeira. Como elas ainda não chegaram, os materiais que deveriam ser organizados e arquivados permanecem no chão. O professor Benjamin também observa que há necessidade de manter no CELP alguns livros de uso mais freqüente, para consulta rápida dos grupos de pesquisa que ali se reúnem – o centro tinha uma biblioteca própria, porém o acervo foi integrado à antiga Biblioteca de Letras e, posteriormente, à Biblioteca Florestan Fernandes.

Há, inclusive, um projeto de se montar um acervo audiovisual, composto por CDs de música e DVDs de filmes e documentários. Mais do que isso, a idéia é que o próprio CELP produza vídeos para os países de língua portuguesa. Eles teriam a função de concretizar o conhecimento, fazer a divulgação do trabalho de pesquisa do CELP, além de serem fontes didáticas.

Tendo suas origens no início dos anos 70, o antigo Centro de Estudos Portugueses passa atualmente por uma reorganização que promete produzir diversos frutos na Universidade de São Paulo e na sociedade como um todo. Nas palavras do professor Benjamin Abdala, o CELP considera fundamental a inserção social – “Não entendemos que a Universidade esteja numa torre de marfim: todo o conhecimento por nós produzido tem que ser passado para a sociedade”.

Centro de Estudos das Culturas e Literaturas de Língua Portuguesa: 3091-3751 / [cep@edu.usp.br](mailto:cep@edu.usp.br)  
Site da Revista *Crioula*: [www.fflch.usp.br/dlcv/revista/crioula](http://www.fflch.usp.br/dlcv/revista/crioula)

## CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES (CEJAP)

POR MARIANA PEREIRA LENHARO

Fundado em 1968 pelo professor imigrante Teiiti Suzuki, o Centro de Estudos Japoneses (Cejap) tem um papel complementar à área de Língua e Literatura Japonesa do Departamento de Letras Orientais da FFLCH. Além de participar da formação de pes-

quisadores e professores da área de Estudos Japoneses, o Centro ainda mantém uma importante biblioteca, cuida de uma publicação anual, organiza eventos, oferece cursos de extensão e é responsável pela vinda periódica de professores japoneses que auxiliam na formação dos estudantes.

Desde sua fundação, o Cejap teve várias sedes. Primeiro, na Rua Mário Amaral, no Paraíso; depois, no Bloco A e, em seguida, no Bloco B do Crusp. Há 31 anos, porém, ele desfruta da estabilidade da Casa de Cultura Japonesa, onde ocupa dois andares. A professora Junko Ota, atual diretora do Cejap, conta que, na época da construção da Casa de Cultura Japonesa, havia um projeto de se construir casas de cultura de diversos países na Cidade Universitária. A única que se concretizou, porém, foi a japonesa, contando com o apoio do governo do Japão e da comunidade nipo-brasileira.

Ao longo de seus quase 40 anos de existência, o Centro exerceu diferentes papéis junto à área de Língua e Literatura Japonesa. No início, ele tinha um trabalho intenso na elaboração de material didático, já que havia grande carência desse tipo de material. Atualmente, a ênfase é em trazer professores visitantes japoneses para lecionar na pós-graduação, em elaborar convênios e em incentivar os alunos a fazer intercâmbios e concorrer a bolsas de estudo no Japão. Para a professora, os intercâmbios e o contato com professores japoneses são de grande importância tanto para os alunos de graduação, como para os alunos de pós.

Outro aspecto valorizado pelo Cejap é uma formação mais ampla na área de Ciências Humanas, abrangendo Ciências Sociais, História, Filosofia, Artes... É por esse motivo que o Programa de Pós Graduação inclui não só as áreas de Língua e Literatura, mas também de Cultura Japonesa. “Estudar o Japão abrange muitas coisas diferentes, porém é impossível ter docentes de todas as áreas para atender a esses interesses” – afirma a professora Junko Ota. Segundo ela, desde que se criou o curso de pós-graduação, houve um empenho em aumentar, no acervo do Cejap, os livros de Estudos de Religião, de Antropologia e uma série de outras áreas.

Esse acervo forma a Biblioteca Teiiti Suzuki. Sob a responsabilidade da funcionária Patrícia Tamiko Izumi, biblioteconomista e bacharel em Letras (Japonês) pela FFLCH, ela contém cerca de 40.000 volumes consultados diariamente não somente por alunos da área de Língua e Literatura Japonesa da Faculdade, mas também por estudantes de outras unidades da USP – como a FAU – de outras universidades e até de escolas de ensino médio. Trata-se de uma referência para todo o país. Pelo fato de que a maior parte do acervo é em japonês, é preciso um funcionário muito especializado para a função de

bibliotecário – ele deve entender tanto de biblioteconomia quanto de língua japonesa.

Atualmente, existem 11 projetos de pesquisa sendo desenvolvidos no Cejap – entre projetos individuais e coletivos. A professora Junko Ota, por exemplo, coordena dois desses projetos: Estudos Morfo-sintáticos e Discursivos da Língua Japonesa e uma pesquisa realizada em cooperação com o Grupo Interinstitucional de Estudos de Língua Japonesa.

Para divulgar os trabalhos de pesquisa, tanto dos professores e pesquisadores do Cejap, como de outras instituições, é publicada anualmente a Revista de Estudos Japoneses. A revista, já no número 25, além de ter o papel de divulgar e integrar as pesquisas na área de estudos japoneses, ainda serve como apoio bibliográfico para os alunos de graduação. “Nossa preocupação principal é de divulgarmos esse material na língua portuguesa justamente para que os que não falam japonês possam ter acesso”. Além disso, há planos para a publicação de um livro de tradução e outro de estudos gramaticais da língua japonesa, como resultado de dois projetos de pesquisa realizadas no Centro.

O Cejap também tem colaborado com o Centro Brasileiro de Língua Japonesa, organizando e ministrando cursos de formação de professores de língua japonesa ou mesmo participando da comissão deliberativa ou na organização relativa à aplicação dos testes de proficiência da língua japonesa.

No segundo semestre de 2008, ano em que o Brasil comemora os Cem Anos da Imigração Japonesa, o Centro tem o plano de realizar um simpósio internacional na USP, em conjunto com o International Research Center for Japanese Studies, de Kyoto, Japão. Já neste mês de agosto, o Cejap receberá quatro pesquisadores de Kyoto para os acertos iniciais. Durante essa visita, haverá também um seminário explicativo sobre o referido centro, além de duas palestras em promoção conjunta com a Fundação Japão.

Além de todas essas atividades, o Cejap ainda oferece anualmente cursos de Ikebana e de Cerimônia do Chá, abertos a toda a comunidade. Exercendo há 40 anos o papel de complementar o ensino de língua e literatura japonesa para os alunos de graduação e pós, o Cejap já é um centro de importância consolidada dentro da FFLCH.

Centro de Estudos Japoneses: 3091- 2426 /  
[cejap@usp.br](mailto:cejap@usp.br)  
[www.fflch.usp.br/dlo/cejap/](http://www.fflch.usp.br/dlo/cejap/)



## DOUTORADO

### O QUE EU FALO NÃO SE ESCREVE. É O QUE EU ESCREVO ALGUÉM FALA? A VARIABILIDADE NO USO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NA PRODUÇÃO ORAL E ESCRITA DE APRENDIZES BRASILEIROS DE ESPANHOL

ROSA YOKOTA

**Programa:** Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

**Departamento:** Letras Modernas

**Orientador:** Profa. Dra. Neide Therezinha Maia

**Banca:** Profs. Drs. Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH), Mirta María Groppi Asplanato de Varalla (FFLCH), Maria Eugênia Lamoglia Duarte (UFRJ) e Maria Mercedes Riveiro Quintans Sebold (UFRJ)

#### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para o estudo das especificidades da aquisição/aprendizagem da língua espanhola por falantes adultos do português brasileiro. Nele, apresentamos um estudo que busca observar, compreender e explicar o uso do objeto direto anafórico na produção oral e escrita de aprendizes brasileiros universitários de espanhol como língua estrangeira. Buscamos embasamento teórico sobre a aquisição de línguas não nativas, sobre o lugar da língua materna na aquisição de línguas estrangeiras e so-

bre o objeto direto no português brasileiro e no espanhol. As amostras de produção oral e escrita utilizadas foram coletadas durante aulas de espanhol como língua estrangeira de um curso livre ministrado dentro da USP. Elas revelaram que, assim como na língua materna e na língua alvo, há grande variabilidade na produção não-nativa no que se refere à omissão, ao preenchimento e às formas de preenchimento do objeto direto anafórico. Mesmo assim, foi possível identificar tendências nessa produção que apontam para a possibilidade de reestruturação da gramática não-nativa, mostram a importância da instrução no caso do espanhol como língua estrangeira e revelam que características próprias da produção oral e escrita em espanhol como língua estrangeira se relacionam não só com a competência lingüística, mas com a experiência de usuário e aprendiz da própria língua materna, bem como com a realidade sócio-econômica e cultural dos aprendizes e suas perspectivas de utilização da língua aprendida, que afetam a sua motivação.

## MESTRADOS

### O PROCESSO DE REESCRITURA EM TRÊS PEÇAS DE TOM MURPHY

SOFIA VALTAS

**Programa:** Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês

**Departamento:** Letras Modernas

**Orientador:** Profa. Dra. Munira Hamud Mutran

**Banca:** Profas. Dras. Maria Sílvia Betti (FFLCH) e Rosalie Rahal Haddad

**RESUMO:**

Tom Murphy, dramaturgo irlandês, apropria-se da tradição e a reescreve transformando-a e contextualizando-a para a Irlanda contemporânea. O trabalho trata de três peças: *The Morning After Optimism* (1971), *The Sanctuary Lamp* (1976) e *The Gigli Concert* (1983), que se caracterizam, predominantemente, pela reescritura. O estudo tem por objetivo analisar como a herança literária efetivamente ocorre na composição

das peças de Tom Murphy, através da intertextualidade em citações, alusões, paródias, reescrituras e outras formas, bem como entender os motivos do autor utilizar-se de obras da tradição clássica, renascentista, medieval, dos contos populares, das óperas e música popular para escrever as três peças.

**Palavras-chave:** Irlanda contemporânea, intertextualidade, citações, alusões, paródia, tradição

## LE VOYAGE D'HIVER DE GEORGES PEREC OU A MÁQUINA DE CONTAR HISTÓRIAS: LEITURA E POTENCIALIDADE, LEITURA COMO POTENCIALIDADE

SAMIRA MURAD

**Programa:** Língua e Literatura Francesa

**Departamento:** Letras Modernas

**Orientador:** Profa. Dra. Cláudia Consuelo Amigo Pino

**Banca:** Profs. Drs. Philippe Leon Marie Ghislain Willemart (FFLCH) e Adriano Schwartz (EACH-USP)

**RESUMO:**

Um dos últimos textos a ser publicado em vida pelo autor, *Le Voyage d'hiver* de Georges Perec teve um destino diverso no âmbito da crítica literária perequiana e do OuLiPo. Essa disparidade de tratamento parece estar vinculada ao tipo de análise

que o papel do leitor suscitou na crítica até então. O objetivo dessa dissertação está na realização de uma análise alternativa do papel do leitor que explique a diferença apontada. Tentando evitar as aporias que a crítica perequiana enfrenta na compreensão da obra do autor, esta dissertação traz também a análise de alguns aspectos do manuscrito preparatório de *Le Voyage d'hiver*.

**Palavras-chave:** Georges Perec, *Le Voyage d'hiver*, papel do leitor, teoria do efeito estético, Wolfgang Iser, manuscrito preparatório.

## UMA ODISSÉIA TRADUTÓRIA DO ULISSES: ANÁLISE DE TRADUÇÕES DA OBRA DE JAMES JOYCE

MARIA TERESA QUIRINO

**Programa:** Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês

**Departamento:** Letras Modernas

**Orientador:** Prof. Dr. John Milton

**Banca:** Profs. Drs. Irene Ruth Hirsch (UFOP) e Luiz Antonio Lindo (FFLCH)

**RESUMO:**

Partindo do conceito proposto por André Lefevere de literatura traduzida enquanto textos refratados, este estudo mostrará alguns aspectos da publicação e recepção das primeiras traduções em português, francês e espanhol da obra *Ulysses* (1922), de James Joyce na França, Argentina, Portugal e Brasil. Também destacará algumas soluções encontradas pelos tradutores em suas interpretações da obra, realizando um

estudo comparativo pelo método de Antoine Berman de identificar as tendências deformadoras que operam em cada tradução. Desse modo, pretende-se compreender e descrever o estilo de cada tradutor e como foram expressos os conceitos temáticos do romance. De acordo com Berman, esse tipo de reflexão é sempre eficiente ao realizar-se uma crítica das traduções pelo uso de um duplo critério: a poética e a ética de uma tradução. O primeiro refere-se ao trabalho do tradutor no texto da sua tradução e à sua textualidade em relação ao original. O último refere-se ao tipo de diálogo e o respeito que os tradutores mantêm para com o texto original. Para o confronto das passagens do *Ulysses*, este estudo também levará em consideração as idéias de Fritz Senn, Haroldo de Campos e Maria Tymoczko sobre tradução e a obra de Joyce.

## CURSOS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA PARA LEITURA : TEORIA E PRÁTICA, COM EXEMPLOS PARA O ALEMÃO

PRISCILLA MARIA PESSUTTI NASCIMENTO

**Programa:** Língua e Literatura Alemã

**Orientador:** Profa. Dra. Eliana Gabriela Fischer

**Banca:** Profs. Drs. Cristina Moerbeck Casadei Pietrarroia (FFLCH) e Vojislav Aleksandar Jovanovic (FEUSP)

### RESUMO:

Este trabalho busca estabelecer diretrizes teóricas e práticas para a preparação e execução de cursos de língua estrangeira para leitura, com exemplos retirados de um curso de alemão para leitura de

textos de Filosofia e Ciências Sociais, realizado através do Centro de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo no ano letivo de 2006. Com este trabalho buscamos orientar professores que trabalham com o desenvolvimento da habilidade de leitura em língua estrangeira e levantar questões relacionadas ao tema.

**Palavras-chave:** leitura, língua estrangeira, alemão, cursos para leitura, estratégias de leitura

## A RELEVÂNCIA DE ENSINAR/APRENDER A LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA PÚBLICA : O DISCURSO DE PAIS E ALUNOS

ELISA PINTO DE OLIVEIRA

**Programa:** Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês

**Departamento:** Letras Modernas

**Orientador:** Profa. Dra. Marisa Grigoletto

**Banca:** Profs. Drs. Valdir Heitor Barzotto (FE-USP) e Anna Maria Grammatico Carmagnani (FFLCH)

### RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso de pais e alunos do ensino médio da rede estadual com relação à relevância de se ensinar/aprender a língua inglesa (LI) no Brasil de hoje. Trata-se de uma pesquisa cuja metodologia e aporte teórico estão fundamentados na Análise de Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux. A coleta dos dados para análise foi realizada na Escola Estadual Prof. Christino Cabral, localizada no município de Bauru, Estado de São Paulo, a partir de entrevistas gravadas com pais e alunos desta escola e questionários com perguntas abertas, respondidas somente por alunos. A análise das representações discursivas de pais e alunos sobre o ensino/aprendizagem da LI revelou que seu dis-

curso está ancorado na tendência neoliberal-tecnista da Filosofia da Educação brasileira, bem como está perpassado pelo discurso neoliberal-capitalista presente na mídia. Identificou-se que a LI é vista como um instrumento a ser usado nas questões pragmáticas relacionadas ao mercado de trabalho, à globalização, ascensão social e *status*, no sentido de aprender inglês para conseguir melhores condições na vida profissional e pessoal. Concluiu-se que tanto a ideologia neoliberal-tecnista quanto a neoliberal-capitalista influenciam a construção das posições identitárias imaginárias dos pais e alunos, levando-os a se representarem em uma posição identitária inferior à do falante de LI. Isso cria um desejo nos pais de que seus filhos atinjam uma posição “melhor” que as suas próprias e, nos alunos, um desejo de serem “tão bons quanto” os falantes de LI, o que a ideologia diz “somente” ser possível de se atingir através do saber/falar esta língua.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Pais e alunos. Língua Inglesa. Ideologia. Posição identitária.

## PSEUDOTRADUÇÃO, LINGUAGEM E FANTASIA EM O SENHOR DOS ANÉIS, DE J. R. R. TOLKIEN: PRINCÍPIOS CRIATIVOS DA FANTASIA TOLKIENIANA

DIRCILENE FERNANDES GONÇALVES

**Programa:** Estudos Lingüísticos e Literários em Inglês

**Departamento:** Letras Modernas

**Orientador:** Profa. Dra. Lenita Maria Rimolli

**Banca:** Profs. Drs. John Milton (FFLCH) e Carlos Ribeiro Caldas Filho (Mackenzie)

**RESUMO:**

Em mais de meio século desde a publicação do primeiro volume de *O Senhor dos Anéis*, de J. R. R. Tolkien, em 1954, a maioria das discussões sobre a construção ficcional tolkieniana tem se concentrado em sua fundamentação lingüística, ou seja, o fato, reafirmado diversas vezes pelo próprio Tolkien, de que a obra foi escrita para dar um mundo às línguas inventadas por ele. O ponto de partida desta pesquisa é a observação do trabalho lingüístico de Tolkien desde uma outra perspectiva: a da concepção da narrativa como tradução fictícia. Partindo de um estudo da pseudotradução dentro dos Estudos da Tradução, observamos como ela opera especificamen-

te nessa obra, com o objetivo de demonstrar que ela é não só uma técnica, mas o princípio criativo da narrativa. Após analisarmos a ficção tradutória que serve como moldura para a narração dos eventos da estória, complementamos a pesquisa com um estudo da utilização da linguagem na construção da fantasia mitológica de Tolkien. Na somatória dessas duas operações, procuramos mostrar como o processo de encadeamento de uma ficção dentro de outra ficção é fundamental para a criação de uma obra no limiar da fantasia e da realidade.

**Palavras-chave:** Pseudotradução; Tradução Fictícia; Linguagem; Princípio Criativo; Fantasia.

## PRODUÇÃO DA FACULDADE



**SANDRA GUARDINI VASCONCELOS**

*A FORMAÇÃO DO ROMANCE INGLÊS*

O objetivo deste trabalho é apresentar ao leitor brasileiro um conjunto de prefácios, ensaios e resenhas em que escritores ingleses do século XVIII discutiram sua prática ou a sua leitura de um gênero de ficção que ainda não tinha definições nem contornos muito claros ou precisos. Para possibilitar melhor acompanhamento dessa discussão e situa-la no contexto histórico e cultural que lhe deu origem, uma introdução crítica precede a antologia desses textos, visando fornecer informações básicas e preliminares que permitam aos menos familiarizados com o universo das literaturas de língua inglesa compreender o fenômeno da ascensão do romance na Inglaterra, testemunhar sua formação e perceber suas linhas de força.

Editora Hucitec

**ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES**

*COMO ELABORAR REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 6ª. ED*

ISBN 978-85-7732-022-6 / 94p / R\$7,00

Este livro, baseado nas normas de referenciação e normalização da ABNT - NBR 6023 - e em livros de metodologia de ampla aceitação acadêmica, tem o objetivo de auxiliar e fornecer aos alunos orientações para a elaboração de Referências Bibliográficas nos trabalhos acadêmicos.

Editora Humanitas





**SIDNEY JARD DA SILVA**

*REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM PERSPECTIVA COMPARADA*

ISBN: 978-85-7732-016-5 / 14x21 / 240 p. / R\$25,00

**Release:** O autor oferece-nos uma análise brilhante sobre a reforma da previdência no Brasil e na Argentina, destacando o papel do sindicalismo nesse processo. Em ambos os casos, o sindicalismo partiu de um ponto comum, a defesa do regime público de repartição. No decorrer do debate e da tramitação legislativa assumiu, entretanto, posições muito distintas em relação às reformas propostas por seus respectivos governos, desempenhando papéis e valendo-se de estratégias muito diferentes.

Editora Humanitas

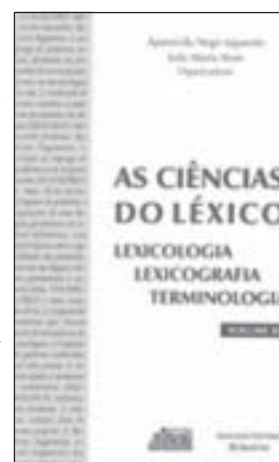
**APARECIDA NEGRI ISQUERDO E IEDA MARIA ALVES (organização)**

*AS CIÊNCIAS DO LÉXICO: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA, TERMINOLOGIA*

ISBN: 978-85-7732-027-1 / 483p. / 14x21cm / **R\$42,00**

A obra *As Ciências do Léxico 3 – Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*, publicação do Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANAPOLL, dá seqüência ao objetivo de divulgar as múltiplas abordagens de que são objeto as ciências do léxico, apresentando uma variada gama de estudos dedicados à palavra. Esses estudos privilegiam a palavra como a unidade básica do léxico de uma língua. Desse modo, é a palavra, e as diferentes formas de nomeação, que é o objetivo específico de estudo de disciplinas como a Lexicologia, que estuda a unidade lexical em seus aspectos formais e significativos; a Lexicografia, em que as palavras são organizadas em obras didáticas, os dicionários, que de diferentes formas registram o acervo lexical de um idioma; a Terminologia, em que o objeto de estudo é o termo, ou seja, a palavra de uma área especializada, e também os modos de organização dos termos em obras Terminográficas.

Editora Humanitas



**GLENDIA MEZAROBBA**

*UM ACERTO DE CONTAS COM O FUTURO – A ANISTIA E SUAS COM SEQÜÊNCIAS – UM ESTUDO DO CASO BRASILEIRO*

ISBN: 85-7732-009-X / 16x22 / 272 p. / R\$25,00

Neste livro, a autora reconstitui o processo de acerto de contas do Estado brasileiro com as vítimas do regime militar-autoritário ao analisar o que, para ela, constituem seus três momentos fundamentais: a entrada em vigor da lei 6.683 (a Lei da Anistia propriamente dita, de 1979), da lei 9.140 (Lei dos Desaparecidos, de 1995) e da lei 10.559, do ano de 2002. Em sua interpretação, contrariando o que sugere o senso comum e apregoam os militares envolvidos no arbítrio, há muito os limites jurídicos

da Lei da Anistia foram excedidos, tal processo segue em desenvolvimento e vem sendo marcado por importantes mudanças em seu significado político – de seu caráter inicial de conciliação pragmática, passou para o reconhecimento da responsabilidade do Estado em graves violações de direitos humanos e depois para a reparação econômica das perdas sofridas por ex-perseguidos políticos.



**BENAIR ALCARAZ FERNANDES RIBEIRO**

*UM MORGADO DE MISÉRIAS – O AUTO DE UM POETA MARRANO*

ISBN: 978-85-7732-023-3 / 14x21 / 336 p./ R\$30,00

Este livro revela toda a crueldade do aparato inquisitorial, que durante dez anos manteve encarcerado e emudecido um dos mais ilustres homens de seu tempo. Os macabros autos de fé – cerimônias festivas, nas quais desfilavam os penitenciados, perante grande multidão, nus da cintura para cima, amordaçados e com uma vela acesa na mão – serviam para reduzir o ser humano à máxima degradação.

Editora Humanitas

**RODRIGO RODRIGUES TAVARES**

*A “MOSCOUZINHA” BRASILEIRA: CENÁRIOS E PERSONAGENS DO COTIDIANO OPERÁRIO DE SANTOS (1930-1954)*

Col. “Histórias da Repressão e da Resistência”, 6

ISBN: 978-85-7732-026-4 / 14x21 / 262 p. / R\$25,00

Reconstruir o cotidiano dos trabalhadores de Santos - seus bairros, ambientes de trabalho e o percurso nos bondes e ônibus - é o objetivo de *Moscouzinha Brasileira*. Por meio da utilização de documentos inéditos, relatórios secretos, atas, diários, cartas, panfletos e jornais, o autor recria os principais cenários e personagens da cidade no período 1930 – 1954. Ao mesmo tempo em que investiga as relações bairro-transporte-trabalho, o autor chama a atenção para a importância estratégica da cidade.

Editora Humanitas



**CÉLIA TOLEDO LUCENA E NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO (orgs.)**

*DISCUTINDO IDENTIDADES*

ISBN: 978-85-7732-024-0 / 16x22 / 288 p. / R\$25,00

Neste volume, encontra-se uma seleção de trabalhos apresentados no 32º Encontro de Estudos Rurais e Urbanos – “Discutindo Identidades”, realizado nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2005 na Universidade de São Paulo. A questão da identidade, que nas últimas décadas vem sendo discutida entre pesquisadores das áreas mais diversas como Sociologia, Antropologia, História, Psicologia Social, Ciência Política e Geografia, foi objeto de reflexão da mesa-redonda intitulada “Identidade, perspectivas teóricas e metodológicas”, cujas palestras proferidas (todas aqui incluídas) resultaram no núcleo

central desta publicação. Foram incluídos ainda dez textos em forma de artigo, escolhidos entre os muitos apresentados no evento, com vistas a fornecer ao leitor um panorama das Sessões de Comunicação e Pesquisa, cuja programação se encontra ao final do presente volume. A riqueza do debate em torno da questão se verifica na diversidade das formas de abordagem apresentadas pelos pesquisadores: a identidade foi relacionada aos mais diferentes temas – pobreza, processos de comunicação, relações intergrupais, memória e representação, migração, educação, corporeidade, religião e até mesmo literatura, além de temas tradicionais da sociologia rural e urbana –, o que revela a importância da interdisciplinaridade dos chamados “estudos de identidade”.

Editora Humanitas



**RODRIGO DUARTE E VLADIMIR SAFATLE (Orgs.)**

*ENSAIO SOBRE MÚSICA E FILOSOFIA*

ISBN: 978-85-7732-031-8 / 336p. / 14x21cm / **R\$30,00**

Este livro reúne os trabalhos apresentados no *I Encontro Nacional de Pesquisadores em Filosofia da Música*, realizado no final de 2005 na Universidade de São Paulo, e representa o esforço conjunto dos programas de pós-graduação de filosofia da USP e da UFMG. Nos textos deste volume são discutidas as relações entre música, racionalidade e linguagem, além de outros assuntos que relacionam o fenômeno musical à reflexão filosófica, de modo a suscitar um debate no qual os problemas ligados à estruturação da forma musical delineiam um campo de interfaces entre música e filosofia. Daí o fato de Beethoven, Wagner, Debussy, Mahler, Stravinsky e Schoenberg aparecerem lado a lado com os nomes de Platão, Kant, Nietzsche, Bergson e Adorno. Com este livro, os organizadores esperam contribuir para que o debate entre a tradição da reflexão filosófica e o fenômeno musical adquira a dinâmica necessária para permanecer.

Editora Humanitas

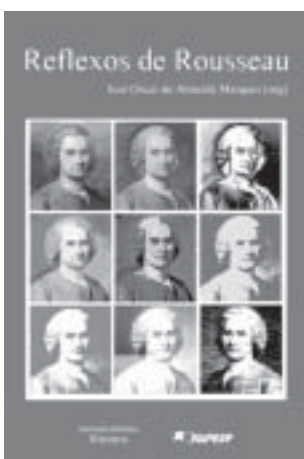
**ALEXANDRE BRAGA MASSELLA**

*O NATURALISMO METODOLÓGICO DE ÉMILE DURKHEIM*

ISBN: 85-98292-22-2 / 14x21 / 264 p. / R\$35,00

Neste livro, o autor faz uma análise ideológica da elaboração teórica do sociólogo francês Émile Durkheim, destacando o contexto polêmico do seu naturalismo. Examina as implicações metodológicas das suas considerações ontológicas, critica suas explicações finalistas e intencionais, além de defender suas explicações causais.

Editora Humanitas



**JOSÉ OSCAR DE ALMEIDA MARQUES (Org.)**

*REFLEXOS DE ROUSSEAU*

ISBN: 978-85-7732-034-9 / 178p. / 14x21cm / **R\$25,00**

Este livro abre-se com um conto de fadas do autor e prossegue com oito ensaios em diversos campos de estudos relacionados ao pensamento do cidadão de Genebra. A filosofia, as ciências humanas, a estética e os estudos literários surgem aqui lado a lado, num claro reconhecimento de que as fronteiras disciplinares tradicionais são insuficientes para balizar um pensamento que há 250 anos vem marcando nossas concepções sobre o homem e a sociedade, a razão e o sentimento, a moral, a política e a arte. Pela diversidade de sua temática e abordagens, os trabalhos aqui incluídos correspondem perfeitamente à riqueza e variedade do legado de Rousseau, e fornecem uma excelente

introdução aos tópicos centrais de sua reflexão.

Editora Humanitas



**LAURA P.Z. IZARRA E MICHELA ROSA DI CANDIA (Orgs.)**

*ENSINO DE LÍNGUA INGLESA ATRAVÉS DO TEXTO LITERÁRIO*

ISBN: 978-85-7732-036-3 / 88p. / 14x21cm / **R\$ 12,00**

Este livro é uma coletânea de sugestões de planos de aulas para o ensino de língua inglesa elaborados sob a perspectiva de uma pedagogia crítica. Propõe ao professor de Ensino Fundamental e Médio e ao aluno de uma alternativa inovadora de aprendizagem que permite o discernimento de diferentes modos culturais e usos da língua inglesa nas suas práticas sociais.

Editora Humanitas

**LÚCIA PIMENTEL GÓES**

*EROS E PSIQUE*

ISBN: 978-85-98292-94-6 / 15,5x23 / 246 p. / R\$32,50

Neste livro, que é uma co-edição com as Paulinas, a autora trata de uma abordagem moderna do antigo mito de Eros e Psique, analisado e confrontado com obras posteriores, de diferentes origens e gêneros literários, mas com as quais possui alguma relação. O embasamento para tal propósito está nos pressupostos de teóricos como Bakhtin, Peirce, Greimas, Kristeva, Barthes, entre outros, acerca de questões concernentes a semiótica, oralidade, intertextualidade, informática mitologia e teorias do discurso, da narrativa e da poesia.

Editora Humanitas



## INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - nº 35 - junho/julho/agosto de 2007



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Serviço de Comunicação Social – AÇÃO

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717  
Cidade Universitária – CEP 05508-900  
Telfax: 3091-4612 – Fone: 3091-4938

